



# EDUCAÇÃO TRANSFORMAÇÃO

*Metodologias Inovadoras*

**V.7**  
2023

Org.  
Jader Silveira



Editora  
**DUCERE**

A black and white photograph of a stack of books on a shelf, serving as the background for the cover. The books are stacked in two columns, with the top book in the left column being 'The Great Gatsby' by F. Scott Fitzgerald. The right column has several books, with the top one being 'The Catcher in the Rye' by J.D. Salinger. The spines of the books are visible, and the text 'EDUCAÇÃO TRANSFORMAÇÃO' is overlaid on the top half of the image.

# EDUCAÇÃO TRANSFORMAÇÃO

*Metodologias Inovadoras*

**V.7**  
2023 **Org.**  
Jader Silveira

  
Editora  
**DUCERE**

**2023 – Editora Ducere**

[www.ducere.com.br](http://www.ducere.com.br)

editoraducere@gmail.com

**Organizador**

Jader Luís da Silveira

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Imagens, Arte e Capa:** Freepik/Ducere

**Revisão:** Respectiveos autores dos artigos

**Conselho Editorial**

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Me. Ronei Aparecido Barbosa, Instituto Federal Minas Gerais, IFSULDEMINAS

Dr. Fabrício dos Santos Ritá, Instituto Federal Minas Gerais, IFSULDEMINAS

Dr. Claudiomir Silva Santos, Instituto Federal Minas Gerais, IFSULDEMINAS

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587n Silveira, Jader Luís da  
Educação e Transformação: Metodologias Inovadoras - Volume 1 /  
Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora  
Ducere, 2023. 94 p. : il.  
Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-998510-1-8  
DOI: 10.5281/zenodo.8106749

1. Educação. 2. Ensino e Aprendizagem. 3. Metodologias  
Inovadoras. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 370  
CDU: 37

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ducere  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001  
[www.ducere.com.br](http://www.ducere.com.br)  
[editoraducere@gmail.com](mailto:editoraducere@gmail.com)  
Formiga - MG  
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:  
<https://www.ducere.com.br/2023/07/educacao-e-transformacao-metodologias.html>



**AUTORES**

**ANDRÉIA MENDES DOS SANTOS  
ANITA ROSÁLIA ROYER DE PAULA  
CLAUDEMIR ROQUE  
EDUARDA GHELLER MÁXIMO DA SILVA  
GLAÉ CORRÊA MACHADO  
PRISCILA CARLA HAUCO TORO**

## APRESENTAÇÃO

Educação e Transformação: Metodologias Inovadoras é uma obra que surge em um momento crucial para a sociedade. Diante dos desafios e transformações constantes que o mundo enfrenta, torna-se imperativo repensar a forma como educamos as gerações presentes e futuras. Neste contexto, este livro se destaca como uma valiosa contribuição, apresentando metodologias inovadoras que visam revolucionar a maneira como aprendemos e ensinamos.

Os tempos atuais exigem uma abordagem educacional dinâmica e adaptável, capaz de preparar os indivíduos para enfrentar um futuro incerto e complexo. As tradicionais metodologias de ensino, baseadas em aulas expositivas e conteúdos estáticos, já não conseguem suprir as necessidades de um mundo em constante evolução. Surge, então, a necessidade de repensar e reinventar o processo educacional, proporcionando aos estudantes ferramentas e habilidades que os capacitem a lidar com os desafios do século XXI.

Este livro traz consigo um conjunto diversificado de abordagens e experiências educacionais inovadoras, desenvolvidas por pesquisadores, professores e profissionais dedicados à transformação da educação. Além disso, são discutidas as implicações dessas metodologias no desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI, como pensamento crítico, colaboração, comunicação, resolução de problemas e criatividade.

Que este livro seja um ponto de partida para debates e ações concretas em prol de uma educação mais significativa, inclusiva e eficaz. Que a leitura de Educação e Transformação: Metodologias Inovadoras seja uma jornada de descoberta, reflexão e empoderamento para todos os envolvidos na busca por uma educação transformadora e impactante.

Boa leitura!

## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1</b> <b>A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E SEU POTENCIAL NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA</b> <i>Eduarda Gheller Máximo da Silva; Glaé Corrêa Machado; Andréia Mendes dos Santos</i>	<b>8</b>
<b>Capítulo 2</b> <b>CONCEPÇÃO TEÓRICA QUE SUSTENTA A PRÁTICA DA LEITURA E DA ESCRITA NAS SÉRIES INICIAIS</b> <i>Priscila Carla Hauco Toro</i>	<b>23</b>
<b>Capítulo 3</b> <b>O ENSINO DA MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO</b> <i>Claudemir Roque</i>	<b>34</b>
<b>Capítulo 4</b> <b>O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b> <i>Anita Rosália Royer de Paula</i>	<b>51</b>
<b>Capítulo 5</b> <b>ESCOLA MUNICIPAL FERNÃO DIAS PAES COM SALA DE RECURSO E ALUNOS COM AEE</b> <i>Priscila Carla Hauco Toro</i>	<b>66</b>
<b>Capítulo 6</b> <b>O PAPEL DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: TRANSFORMANDO O APRENDIZADO</b> <i>Claudemir Roque</i>	<b>76</b>
<b>AUTORES</b>	<b>92</b>

**Capítulo 1**  
**A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E SEU POTENCIAL NA**  
**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

*Eduarda Gheller Máximo da Silva*

*Glaé Corrêa Machado*

*Andréia Mendes dos Santos*





## **A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E SEU POTENCIAL NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

**Eduarda Gheller Máximo da Silva**

*Licenciada em Pedagogia (UNIASSELVI/RS)*

*E-mail: [duda.arteducadora@gmail.com](mailto:duda.arteducadora@gmail.com)*

**Glaé Corrêa Machado**

*Pós Doutora em Educação (PUCRS)*

*Professora na Pós-Graduação Lato Sensu PUCRS/UNILASALLE/EDUCINTER  
e no Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI/RS)*

*E-mail: [glaemachado@hotmail.com](mailto:glaemachado@hotmail.com)*

**Andréia Mendes dos Santos**

*Pós Doutora em Educação, Doutora em Serviço Social (PUCRS)*

*Professora Adjunta na Escola de Humanidades e no PPGEdu (PUCRS)*

*E-mail: [andreaia.mendes@puhrs.br](mailto:andreaia.mendes@puhrs.br)*

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo a pesquisa e a reflexão sobre educação étnico racial e o enfrentamento ao racismo considerando a emergência do pensamento decolonial nas práticas metodológicas em sala de aula. A pesquisa consiste em expor os problemas enfrentados por estudantes e professores que exploram os conteúdos relacionados às etnias africanas e a formação da população afro-brasileira. Em sua primeira parte, o trabalho expõe os problemas enfrentados por estudantes e professores que exploram os conteúdos relacionados às etnias africanas e a formação da população afro-brasileira de forma ainda pouco aprofundada, dificultando a implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008. Na segunda parte, a perspectiva foi a de analisar o papel da contação de histórias africanas e afro-brasileiras como aliadas no processo de descolonização do pensar, já que elas podem se tornar uma importante aliada nesse processo e vir a ser um mediador na transformação dessa realidade. A terceira parte consiste em relatos e experiências, que demonstram situações de racismo vivenciados por uma professora e como elas foram decisivas na busca de conhecimento sobre sua ancestralidade e em suas pesquisas e ações antirracistas em ambientes educacionais formais e informais. Pretende-se trazer contribuições para o campo dos estudos e práticas educacionais inclusivas, vendo o ambiente escolar como um espaço potente de reflexão e enfrentamento dos preconceitos relacionados à diversidade étnica, corroborando

assim, para uma educação mais inclusiva por meio da valorização do conhecimento ancestral africano e suas contribuições na formação da cultura afro-brasileira.

**Palavras-chave:** Cultura Africana. Educação Antirracista. Histórias Africanas. Histórias Afro-brasileiras.

### **ABSTRACT**

This work aims at researching and reflecting on ethnic-racial education and confronting racism, considering the emergence of decolonial thinking in methodological practices in the classroom. The research consists of exposing the problems faced by students and teachers who explore content related to African ethnic groups and the formation of the Afro-Brazilian population. In its first part, the work exposes the problems faced by students and teachers who explore content related to African ethnic groups and the formation of the Afro-Brazilian population in a way that is still not very deep, making it difficult to implement Laws nº 10.639/2003 and 11.645/2008. In the second part, the perspective was to analyze the role of African and Afro-Brazilian storytelling as allies in the process of decolonization of thinking, since they can become an important ally in this process and become a mediator in the transformation of this reality. The third part consists of reports and experiences, which demonstrate situations of racism experienced by a teacher and how they were decisive in the search for knowledge about her ancestry and in her research and anti-racist actions in formal and informal educational environments. It is intended to bring contributions to the field of studies and inclusive educational practices, seeing the school environment as a powerful space for reflection and confrontation of prejudices related to ethnic diversity, thus corroborating for a more inclusive education through the appreciation of African ancestral knowledge. and their contributions to the formation of Afro-Brazilian culture.

**Keywords:** African culture. Anti-racist Education. African Stories Afro-Brazilian Stories.

### **INTRODUÇÃO**

No presente artigo trataremos como tema o enfrentamento ao racismo e a necessidade de uma educação que valorize o multiculturalismo, tendo em vista os dados publicados pelo IBGE, onde negros e pardos tem uma taxa de analfabetismo quase três vezes maior que brancos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2019. Nessa perspectiva, é importante refletir sobre o papel da escola e seus professores diante desse e de outros tantos problemas que atravessam a educação básica, sobretudo nos aspectos relacionados a educação étnico racial e no enfrentamento ao racismo, a fim de elaborar metodologias de ensino significativas, que tenham um caráter epistemológico, crítico, plural e antirracista.

Em sua primeira parte, a pesquisa expõe os problemas enfrentados por estudantes e professores que exploram os conteúdos relacionados às etnias africanas e a formação da população afro-brasileira de forma ainda pouco aprofundada,

dificultando a implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, mesmo quase duas décadas após a promulgação das mesmas, e o papel fundamental do professor na formação de uma sociedade mais igualitária e menos excludente.

Na segunda parte desse trabalho, a perspectiva foi a de analisar o papel da contação de histórias africanas e afro-brasileiras como aliadas no processo de descolonização do pensar, já que elas podem se tornar uma importante aliada nesse processo e vir a ser um mediador na transformação dessa realidade, muitas vezes cruel para crianças e jovens que sofrem com o preconceito racial no dia a dia. Embora já tenham sido produzidos estudos a respeito do assunto, uma escola etnicamente democrática, comprometida com a implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 parece estar distante das práticas da maioria das salas de aula brasileiras, mesmo que a contribuição da cultura africana nas mais diversas áreas seja extremamente significativa na história do país, o que nos faz perceber a importância de estudos sobre o tema e a reflexão das práticas cotidianas em sala de aula.

A terceira parte consiste em relatos e experiências, que demonstram situações de racismo vivenciados por uma professora e como elas foram decisivas na busca de conhecimento sobre sua ancestralidade e em suas pesquisas e ações antirracistas em ambientes educacionais formais e informais.

## **METODOLOGIA**

Para dar início a este trabalho, foi definido o tema e o tipo de pesquisa que seria realizada, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que foi desenvolvida através de leituras de teses, dissertações e livros sobre a temática das relações étnico-raciais e o enfrentamento ao racismo no ambiente escolar. Nestas obras buscou-se favorecer a construção de uma narrativa histórica afro centrada, visando a desconstrução de estereótipos.

Depois de definidos quais autores iriam fazer parte da pesquisa, quais artigos e livros iriam embasá-la, iniciou-se então uma gama de anotações e reflexões sobre o tema em questão, procurando seguir uma linha de raciocínio que pudesse contemplar a pesquisa seguindo o que se acredita ser coerente com a realidade das salas de aula brasileiras, com todo o material reunido, deu-se início a escrita. Por fim, este trabalho foi enriquecido com os relatos e experiências de uma professora que

utilizou sua história de vida pessoal e profissional, para refletir e agir sobre sua realidade escolar.

## **A ESCOLA E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: ESPAÇO DE MUDANÇA A PARTIR DAS LEIS Nº 10.639/2003 E 11.645/2008**

A escola é uma instituição social e se encontra numa relação dialética com a sociedade, por isso tem perpetuado padrões estabelecidos pela construção social colonialista, que valoriza a visão cosmo europeia, se abstendo diante da responsabilidade epistemológica com relação às práticas de racismo presentes na atualidade, dessa forma, consolida as estruturas do campo do conhecimento que sustentam conceitos e reforçam regras, pressupostos por relações de poder eurocêntrico, mostrando-se incapaz de mudar o status quo, com as práticas vigentes.

A globalização é um fenômeno que faz com que situações no cenário local e mundial com relação a diversas questões, entre elas o racismo, se tornem ainda mais evidentes, diante disso, é necessário tomar decisões e garantir ações afirmativas que de fato implementem políticas públicas de combate ao racismo e ao preconceito, objetivando a garantia de direitos e a sobrevivência da população negra.

Pessoas sofrem influências externas que podem ter resultados negativos ou positivos, diante deste contexto, métodos didáticos de enfrentamento ao racismo devem ser pensados e avaliados com o olhar crítico e sensível inerente a função do professor, pois podem gerar práticas racistas mesmo que "bem intencionadas", como no caso de trabalhos escolares onde se colam pedaços de esponjas de lã de aço, no lugar do cabelo de mulheres negras em ilustrações alusivas ao dia da Consciência Negra.

Explicações superficiais não são suficientes, o professor em questão deve olhar de forma epistemológica para uma nação que já existia antes do período de colonização e escravidão implantados no Brasil durante o século XVII, sobre esse assunto temos a reflexão de Souza (2001, p. 66):

Sugerem que os profissionais estejam atentos às diferenças sociais, econômicas, culturais, políticas e religiosas e suas especificidades no ano letivo, substituindo o calendário de datas comemorativas que faz com que as reflexões estejam fadadas a um momento do ano letivo. A proposta parece contraditória a prática das publicações, pois estas não abandonam as datas.

Essa reflexão nos direciona a um pensamento descolonizador, onde pessoas pertencentes às mais diversas etnias ocupam o lugar de sujeitos históricos, propositivos no mundo e produtores de cultura, a consciência de uma identidade pessoal e social está muito relacionada com o sentir-se pertencente de maneira positiva, e isso só é possível quando se valoriza e ressignifica estereótipos históricos de preconceito diante da cultura africana e afro-brasileira e das características físicas de uma população que durante muitos anos teve o acesso ao conhecimento de si mesmo negado, devido a um longo período de escravização. As consequências desse período ainda reverberam muitas dificuldades com relação a aceitação de crianças e jovens ao seu tom de pele, fisionomia e a textura dos seus cabelos.

Diante da representação positiva e do reconhecimento de culturas vindas com diferentes grupos étnicos de origem africana, é possível assumir uma visão descolonizadora diante de temas como: religiosidade, valores, musicalidade, modos de vida, política, sociedade, crenças, costumes, diversidade cultural e suas mais variadas formas e linguagens.

Sabemos que as representações determinam as relações, comportamentos, expectativas e as interações sociais, diante desse fato, a forma como a história do nosso país é contada deve dar voz a interculturalidade, propondo um olhar reflexivo e crítico, capaz de criar novos contextos imagéticos diante da representação da população negra e sua corporeidade.

Precisamos ressaltar que quando se trata de uma sociedade excludente, a valorização de uma educação descolonizadora, com práticas comprometidas epistemologicamente com o resgate das culturas e histórias ameríndias e amefricanas são essenciais para que haja uma cosmovisão plural sobre questões inerentes à vida humana, sem que haja a perpetuação da visão hegemônica tão predominante no currículo, que por muito tempo foi considerado instrumento de dominação eurocêntrica, pois segundo Oliveira (1997) o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio de relações sociais, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio, o professor é figura essencial na construção desse saber por representar o elo intermediário entre aluno e o conhecimento disponível no ambiente.

Vygotsky como pesquisador nas áreas de filosofia, psicologia e pedagogia explicou por meio de sua teoria de desenvolvimento cognitivo, que processos psicológicos se relacionam com o ambiente social e cultural, sendo a sala de aula

capaz de propiciar internalização de fatores de aprendizagem discriminatórios já vividos no ambiente familiar e comunitário, tendo relação direta com a perpetuação de conceitos hegemônicos (Oliveira, 1997).

O aprendizado na leitura é um ato social; ele resulta da interferência pedagógica de uma geração sobre a outra. Além disso, a educação não se dá sem esforço, pois ela deve combinar o trabalho do adulto e da criança. Segundo Vygotsky (1989) é na Zona de Desenvolvimento Proximal que se estimulam habilidades como essa. Para o desenvolvimento da capacidade de leitura de seus alunos, o professor tem um papel pedagógico fundamental – e essa é uma das fortes razões pelas quais as crianças vão à escola.

Diante disso, uma mesma situação pode ser contada, interpretada, e solucionada de diferentes formas, é possível dar voz às infinitas possibilidades de ver a vida, de criar novas soluções e até mesmo novos questionamentos, vindo na identidade e no pertencimento a possibilidade de descrever-se enquanto negro ou não, mas consciente da diversidade étnica brasileira e da importância de respeitar o outro como sujeito. Possivelmente, em uma situação indesejável de confronto, tristeza, perda, racismo, esse sujeito será capaz de criar novas possibilidades diante de uma perspectiva única.

## **A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO POSSIBILIDADE: CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA**

A lentidão na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana de 2004, deixam evidente a exclusão realizada nos ambientes escolares, onde todos os alunos, sem distinção étnica, são educados precariamente, pois recebem uma educação parcial e preconceituosa.

Reconhecer, identificar e valorizar a influência cultural positiva que o continente africano tem na construção do Brasil através das contações de histórias e da literatura africana e afro-brasileira possibilita uma reflexão diante de um cenário que vai além de homens e mulheres negras em um papel de subserviência, as contações são uma via para o rompimento de velhos paradigmas, e tem a capacidade de trazer a beleza da cultura afro centrada através da representatividade, corroborando na construção

da identidade de crianças e jovens negros, mas também de toda uma nação que é fruto da diversidade étnica.

A palavra é viva, ferramenta de questionamento e problematização tão necessária para a vida em sociedade, respeito à dignidade humana, à igualdade de direitos, à diversidade, à participação, à valorização da interculturalidade e a responsabilidade pela vida social são princípios fundamentais de uma educação democrática e plural, enfatizando a cultura e as diferentes manifestações artísticas dos povos africanos, que possibilita o protagonismo de contadores, escritores e personagens negros.

Contar histórias possibilita a práxis no que se refere ao resgate de etnosaberes, princípios ancestrais e valores existentes em mitos, lendas e festejos africanos e afro-brasileiros, tem o caráter de informar e formar, relatando um passado de lutas, adversidades, superação e beleza, a partir da cosmovisão amefricana, capaz de ressignificar a construção identitária das infâncias e juventudes negras. Lima (2016, p. 83) afirma:

Com o intuito de diminuir o preconceito, em especial o preconceito racial e lutar contra o racismo estrutural na sociedade, a inclusão de conteúdos sobre Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, como preveem a Lei Federal nº 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, faz-se essencial para conhecer a história de africanos e seus descendentes que, por muito tempo foi invisibilizada, ou abordada de forma pejorativa e inferiorizante.

O uso da contação de histórias, em especial através da oralidade, deve ser pensado como um instrumento que possibilita olhar a si próprio e ao outro como produtor e reprodutor de cultura, de valores e de saberes, promovendo a qualidade do ensino e contribuindo com a formação de cidadãos conscientes e críticos, reflexivos e atuantes.

Histórias contadas são o principal meio pelo qual povos ancestrais africanos e indígenas edificaram e mantiveram suas tradições ao longo dos séculos, as narrativas orais são para diversas culturas ameríndias e amefricanas, o principal dispositivo para o desenvolvimento de etnosaberes, tornando possível e operando nesse contexto de reparação histórica, onde muitas dessas histórias abordam temas relevantes para compreensão da realidade brasileira.

As histórias contadas dão novos contornos e interpretações à realidade subjetiva de cada sujeito, sendo um dispositivo potente para o entendimento da realidade que nos cerca, auxiliando no enfrentamento de mazelas e dilemas diretamente relacionados ao racismo.

A vida é uma história, e o que contamos dela é sempre algum tipo de ficção. A história de uma pessoa pode ser rica em aventuras, reflexões, frustrações ou mesmo pode ser insignificante, mas sempre será uma trama, da qual parcialmente escrevemos o roteiro. Frequentar as histórias imaginadas pelos outros, seja escutando, lendo, assistindo a filmes ou a televisão ou ainda indo ao teatro, ajuda a pensar a nossa existência sob pontos de vista diferentes. Habitar essas vidas de fantasia é uma forma de refletir sobre os destinos possíveis e cotejá-los com o nosso. Às vezes, uma história ilustra temores de que padecemos, outras, encarna desejos ou ideais que nutrimos, em certas ocasiões ilumina cantos obscuros do nosso ser. O certo é que escolhemos aqueles que nos falam de perto, mas não necessariamente de forma direta, pode ser uma identificação tangencial, enviesada.

A importância dos contos tradicionais para a construção e o desenvolvimento da subjetividade humana já foi estudada e demonstrada, especialmente por Bettelheim (1980). Entre as heranças simbólicas que passam de pais para filhos, certamente, é de inestimável valor a importância dada à ficção no contexto de uma família. Afinal, uma vida se faz de histórias – as que vivemos, as que contamos e as que nos contam.

Bons leitores interpretam melhor o mundo, pois a leitura começa antes mesmo da decodificação de símbolos, palavras, frases, textos e histórias escritas, provem das imagens, dos sentimentos, do afeto e da escuta, tudo isso pode ser objeto de interpretação e meio de aprendizagem, capaz de fomentar um olhar curioso de interesse pelo novo, seja de um aluno da educação infantil em condições de aceitar com mais facilidade situações e contextos diante de uma visão que não apresenta tantos preconceitos, ou até mesmo de um interlocutor que ao ouvir uma história pode identificar e refletir sobre conceitos pré-determinados sem um conhecimento epistemológico sobre o assunto, em ambos os casos, é possível aprender com uma cultura tão diversa e cheia de valores intrínsecos através das contações de histórias. De acordo com Macedo (2018, p. 33):

Buscar no passado as referências para um futuro melhor é uma necessidade humana entre os povos africanos; é no respeito aqueles que vieram antes que se concentram a energia e saber milenar, são eles, os antigos que carregam o saber da vida, é o que eles passam que nos dá sentido e faz com que atribuamos sentido ao nosso fazer hoje.

Através do conhecimento entre o eu social e o eu individual, é possível perceber que um aluno não é uma consciência isolada do universo, e o professor deve ser um mediador desse conhecimento, uma vez que cada homem é um pouco de todos os que o precederam e que se faz em sua subjetividade coletiva, há a necessidade da troca de saberes interculturais e a valorização através da contação de histórias e também da escuta de alunos que por muito tempo foram e ainda são estereotipados, marginalizados e silenciados, devido a sua cor e origem, construindo assim, um espaço mais inclusivo.

## **RELATOS E EXPERIÊNCIAS: A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO FERRAMENTA NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Apresentaremos aqui os relatos e as experiências de uma professora da rede municipal de Taquara, interior do Rio Grande do Sul, que vem desenvolvendo desde 2011 através do teatro e da musicalização, no município de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre, em associações de comunidades periféricas, em Centros de Assistência Social, e em escolas públicas através do Programa Mais Educação, um trabalho como arte-educadora. Nesse período, não foram poucas as vezes em que ela se deparou com situações racistas nas suas mais diferentes esferas e relações: aluno/aluno, professor/aluno, professor/professor. Situações que a frustraram inicialmente, devido à falta de respeito observada entre crianças de sete e quatorze anos ao chamar seus colegas de “preto sujo”, “macaco”, “cabelo duro”, “cabelo ruim”, termos extremamente ofensivos que eram reproduzidos até mesmo pelos alunos negros com relação a si mesmos ou se referindo a outros colegas.

Entristeceu-a perceber que uma de suas alunas, de aproximadamente dez anos havia se mutilado, cortado seu cabelo cacheado em casa, sozinha, por achar ele feio, segundo essa professora: “ela disse que não gostava do seu cabelo, pelo volume que tinha e que gostaria de alisá-lo, mas por não ter dinheiro para isso, decidiu cortá-lo, e quando a professora disse que o cabelo dela se parecia com o seu, pode

perceber sua surpresa e a resposta foi imediata: ah, mas o teu é bonito, professora”, nessa mesma conversa algumas alunas que estavam participando concordaram que seus cabelos eram semelhantes, assim como suas cores.

Daquele momento em diante, essa professora relata que alguma coisa parece ter mudado com relação a autoestima daquela criança, pelo menos com relação ao seu cabelo, pois nunca mais a viu de cabelo preso, como de costume e ao longo de um ano de aula ela também não cortou mais o seu cabelo por conta própria.

Tal situação lhe fez pensar na importância da representatividade em sua forma mais objetiva, se reconhecer no que considera bonito, seja em sua professora de teatro, artistas, influencers digitais, intelectuais, e na possibilidade de formar cidadãos que reconhecem a sua beleza de forma consciente e até mesmo inconsciente, pois essas representações se iniciam desde tenra idade, em que as histórias infantis, desenhos, músicas e contos de fadas são extremamente importantes no desenvolvimento de todos.

Conforme relato da professora, essas situações que a frustraram inicialmente, também lhe motivaram a começar, em 2013, um projeto através de pesquisas e oficinas de teatro e cultura popular, com objetivo de conhecer etnosaberes, princípios ancestrais, valores e crenças, que estão sendo abordados desde então, através de práticas efetivas, como: contação de histórias, lendas e festejos populares; incentivo para que novos leitores conheçam a pluralidade cultural existente à nível regional e nacional; interpretação de contos e lendas africanas e afro-brasileiras através de improvisações e ensaios teatrais; rodas de samba; oficinas de toques rítmicos brasileiros, utilizando instrumentos de percussão, entre eles: pandeiro, atabaque, agogô e reco-reco; rodas de conversas; apresentações de contação de histórias populares em escolas públicas, eventos culturais dos municípios e reservas indígenas e a criação de um canal de contação de histórias no Youtube com tradução simultânea em LIBRAS<sup>1</sup>.

A partir das experiências vividas por esta professora, surgiram muitos questionamentos sobre qual o verdadeiro sentido de ela estar fazendo esse trabalho, o porquê de determinadas situações que ela viveu ou o propósito de suas ações. E o fato dela estar pesquisando há alguns anos sobre cultura negra e por ser esse um tema que lhe atravessa (muito por ela ser uma afrodescendente), e por saber a forma

---

<sup>1</sup> Canal no YouTube: @pretapretapretinha4366

desumana como seus ancestrais chegaram nesse país, lhe parece muito injusto a forma com que o Brasil, assim como tantos outros países, se constituía.

Mais de quinhentos anos de mão de obra escrava, pessoas que foram tiradas das suas terras, separadas dos seus familiares, das pessoas que amavam, para ter uma vida de escravidão e martírios, suscetíveis aos piores castigos e condições de vida degradantes, e que mesmo vivendo uma dor inimaginável, construíram esse país, com suas vidas, seu suor, seu sangue, seu trabalho e sua cultura. Esses ancestrais trouxeram da África suas mais variadas cores e formas, idiomas, tradições e uma enorme fé!

Segundo a professora, protagonista dessa história, seu desejo é que assim como ela, mais pessoas se sintam parte da história, por serem descendentes não de escravos, mas de seres humanos que muitas vezes foram personagens históricos, seja como líderes em busca da liberdade, artistas, esportistas, intelectuais das mais diversas áreas de conhecimento, ou como homens e mulheres do campo que passaram os seus conhecimentos e ensinamentos através de suas histórias, contadas de geração em geração, na simplicidade do dia a dia, de forma modesta, genuína, recheadas com a sabedoria ancestral, a partir da conexão com aquilo que nos faz ser quem somos. Mas isso só acontece, quando percebemos que somos frutos do que veio antes de nós, e quando reconhecemos que nossas raízes são profundas e que delas não podemos nos esquecer.

## RESULTADOS

Os resultados obtidos e a discussão central a partir da pesquisa demonstram a necessidade eminente de se trabalhar conteúdos relacionados a cultura e história africana e afro-brasileira, onde muitos professores desconhecem esses conteúdos e acabam perpetuando o racismo no ambiente escolar, através de práticas superficiais que acabam apenas “pincelando” sobre esses conteúdos, sem senso crítico e apenas no dia destinado à Consciência Negra, quando isso acontece, pois nem todas as redes de ensino, de fato, trabalham essa data comemorativa. Sendo assim, percebemos que ainda há muito que evoluir nessas questões com relação às práticas pedagógicas afirmativas e ao conhecimento do continente africano, suas contribuições e pluralidade cultural.

O ensino da história e cultura africana prevista em lei e a necessidade eminente da sua implementação, pode trazer inquietações aos professores, pois conteúdos como história, filosofia e pensamento afro centrados são percepções de mundo bem diferentes do pensamento atual, interseccional e de biopoder presente na sociedade ocidental contemporânea, representadas no modelo educacional vigente, abordar tais conteúdos exige formas e metodologias ainda não estabelecidas e pouco exploradas, sendo necessário a reelaboração das formas de ensinar e aprender.

A contação de história precisa ser percebida como um nível mais sensível de interpretação, capaz de ampliar as possibilidades que o sujeito constrói desde a sua infância, criando as suas próprias interpretações pautadas em sua subjetividade, inclusive na possibilidade de mudar de ideia sobre determinado assunto.

É necessário romper barreiras através da pesquisa e do diálogo que ocorre nos espaços escolares, diante de conceitos estereotipados com relação à história e cultura negra que podem ser aprendidos no ambiente familiar e em espaços variados de socialização, incluindo a escola, considerando os limites e as possibilidades do professor, capaz de mediar e intervir de forma crítica através do conhecimento necessário para abordar temas relacionados a igualdade racial, história e cultura africana, afrodescendente e indígena, acolhendo as diferenças, objetivando a desconstrução do pensamento colonialista, ressignificando e ampliando nossos conhecimentos e o que pensamos sobre multiculturalismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Encerramos a escrita desse trabalho, com a certeza de que ainda há muito por fazer na educação, pois infelizmente existem inúmeros professores colocando em prática metodologias racistas por falta de informação e de pensamento crítico, sendo assim, é preciso repensar e mudar essas práticas que levam a um trabalho nada pedagógico, e diríamos até criminoso, com propostas nas quais os alunos são instigados a perpetuar pensamentos e atitudes hegemônicas.

Precisamos rever as explicações superficiais e simplistas que são insuficientes para uma educação mais inclusiva, rompendo essas barreiras por meio de pesquisas, estudos e formações continuadas, através do diálogo que deve ocorrer em nossas instituições de ensino, onde conceitos estereotipados com relação a história e cultura negra ainda são constantemente reproduzidos.

Queremos que os professores reconheçam sua grande influência na formação de seus alunos enquanto cidadãos, assim como a necessidade de trabalhar essas questões como ação fundamental na melhoria da qualidade da educação no Brasil, tornando nossa sociedade mais justa e igualitária para todos.

## REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Bruno. *A Psicanálise dos Contos de Fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Apresentação dos resultados do PNAD Contínua 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

LIMA, Graziela dos Santos. Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Florianópolis, 2016. 111p. il. Disponível em:

[https://www.udesc.br/arquivos/faed/id\\_cpmenu/1441/dissertacao\\_graziela\\_versao\\_final\\_1568901247028\\_1441.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1441/dissertacao_graziela_versao_final_1568901247028_1441.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MACEDO, João Heitor Silva. **Cultura, educação e ensino de História**. Combate ao racismo: narrativas sobre a lei 10.639/03. Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16565/TES\\_PPGHISTORIA\\_2018\\_MACEDO\\_JOAO.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16565/TES_PPGHISTORIA_2018_MACEDO_JOAO.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 18 de setembro de 2022.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky**: Aprendizado e Desenvolvimento, um Processo Sócio-Histórico. Ed. Scipione: São Paulo, 1997.

SOUZA, Elizabeth Fernandes de. **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SOUZA, L. F. R. et al. **A contação de histórias africanas na literatura infantil valorizando a diversidade e proporcionando o desenvolvimento de identidade cultural**. Disponível em: <[https://repositorio.alfaunipac.com.br/publicacoes/2019/99\\_a\\_contacao\\_de\\_historias\\_africanas\\_na\\_literatura\\_infantil\\_valorizando\\_a.pdf](https://repositorio.alfaunipac.com.br/publicacoes/2019/99_a_contacao_de_historias_africanas_na_literatura_infantil_valorizando_a.pdf)>. Acesso em: 18 de setembro de 2022.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.  
\_\_\_\_\_. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

**Capítulo 2**  
**CONCEPÇÃO TEÓRICA QUE SUSTENTA A PRÁTICA DA  
LEITURA E DA ESCRITA NAS SÉRIES INICIAIS**  
*Priscila Carla Hauco Toro*





# CONCEPÇÃO TEÓRICA QUE SUSTENTA A PRÁTICA DA LEITURA E DA ESCRITA NAS SÉRIES INICIAIS

**Priscila Carla Hauco Toro**

*A autora é professora na rede municipal de ensino no Distrito de São José do Pingador, no Município de Lambari d'Oeste – MT.*

## RESUMO

No decorrer de nossos dias, no cotidiano em salas de aulas, nos deparamos sempre com alunos que não gostam de ler, que alegam motivo de ler mal, não gostam de escrever pelos erros de ortografia. O objetivo do presente texto é aprofundar discussões sobre a importância da leitura e escrita nas séries iniciais, apontando para a necessidade de se recuperar a milenar arte de ler e escrever, procurando despertar para que possa se interessar e praticar a leitura e a escrita de forma prazerosa. Visto que há a necessidade, por parte de toda a sociedade, de uma maior conscientização e incentivo à leitura, buscou-se considerar a leitura uma ferramenta essencial no processo de aprendizagem, procurando embasamento teórico através de diversos textos, como apoio o desenvolvimento desta proposta de trabalho.

**Palavras-chave:** Sala de aula, Escrita, Leitura, Conscientização, Alunos.

## INTRODUÇÃO

Os assuntos que versam sobre a leitura sempre interessaram por demonstrar o ato de ler como algo indispensável ao ser humano, pois é através da leitura que se pode observar o mundo ao redor de uma forma mais crítica. A leitura possibilita novos horizontes, conhecimentos, habilidades, despertando sentimentos e emoções agradáveis.

A leitura nos anos iniciais é uma prática de muita importância e assim, deve-se refletir como o tema em questão tem sido apresentado as crianças. A leitura é um instrumento de inserção social e de descoberta do mundo.

O presente artigo vem abordar uma importante temática dentro de contexto escolar. Como se sabe, uma das principais tarefas da escola é ensinar a ler e também a escrever. A leitura e a escrita são essenciais a todas as matérias escolares. Dessa forma a cada ano/série, o aluno precisa desenvolver cada vez mais sua capacidade de ler e de escrever. Sendo assim é um trabalho que se faz em parceria com os pares,

para que o resultado do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita em sala de aula sejam os melhores possíveis.

O trabalho em questão apresenta parte da realidade da turma dos alunos do 3º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Fernão Dias Paes, localizada no Distrito de São José do Pingador, na Rua Principal, S/N, no Município de Lambari d'Oeste – MT. O objetivo da pesquisa é compreender a importância da alfabetização, considerando a aprendizagem da leitura e da escrita em sala de aula.

Diante de um diagnóstico feito na escola, foi possível observar algumas dificuldades nos alunos do 3º ano, dentre elas: leitura, escrita e interpretação de textos. E fez-se necessário o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho voltada para a temática e, conseqüentemente, a elaboração desse trabalho, que visa desenvolver uma aprendizagem significativa na alfabetização e no letramento, para isso usou-se uma abordagem lúdica.

Na metodologia a leitura e a escrita são os pilares que sustentaram a trajetória escolar dos estudantes e que os leva possivelmente a exercer seus direitos de cidadão. É a partir da aprendizagem em sala de aula que são formadas crianças capazes de interpretar um texto, elaborar uma redação ou mesmo fazer uma simples leitura, então se notou a grande importância do professor e da escola no papel de ensinar.

Segundo Dutra (2011), ler é uma das competências mais importantes a serem trabalhadas com o aluno, principalmente após recentes pesquisas que apontam ser esta uma das principais deficiências do estudante brasileiro. Uma leitura de qualidade representa a oportunidade de ampliar a visão do mundo. Através do hábito da leitura o homem pode tomar consciência das suas necessidades, promovendo assim a sua transformação e a do mundo.

As partes que compõem este artigo abrangem opiniões de teóricos da área da Pedagogia, como também relato de experiência, no sentido de colaborar com o aluno no que diz respeito à leitura e a escrita nas séries iniciais.

## **2 CONCEPÇÃO TEÓRICA QUE SUSTENTA A PRÁTICA DA LEITURA E DA ESCRITA NAS SÉRIES INICIAIS**

### **2.1 O surgimento da leitura e da escrita**

Desde os primórdios da civilização o homem busca habilidades que lhe tornem mais útil a vida em sociedade e que lhe possa tornar mais feliz. A criação de

mecanismos que possibilitassem a disseminação de seu conhecimento tornava-se um imperativo de saber/poder, que ensejava respeito e admiração pelos companheiros de tribo.

O surgimento das inscrições rupestres, simbologia, posteriormente num estágio mais avançado das civilizações, os hieróglifos e as esculturas que denotavam sua própria e mais nobre conquista: a conquista de ser. Nesse contexto surge a escrita e a leitura como imanentes a própria história da civilização.

A criação dessa disponibilidade, que foi chamada de escrita e leitura, criam outras disponibilidades, pois ela é a básica, dela provêm as demais. Através da leitura e da escrita o homem conseguiu estreitar os laços de afetividade com seus semelhantes, harmonizar os interesses, resolver os seus conflitos e se organizar num estágio atual da civilização, com a abstração a que nominamos “estado”. O homem se organizou politicamente. Mas voltando ao campo do conhecimento humano, que é o que por ora interessa, o mito poético que sempre embalou o homem, a fantasia dos deuses, descortinaram as portas do saber, originando a busca da informação, do saber humano, do seu prazer.

Com o desenvolvimento da linguagem, a força das mensagens humanas aperfeiçoou-se a tal ponto ser imprescindível a sua própria existência. A busca do conhecimento tornou-se imperativa para novas conquistas e para o estabelecimento do homem como ser social, como centro de convergência de todos os outros interesses.

Na busca desse conhecimento, que se perpetua ao longo da história da civilização, percebe-se que quanto mais cedo o homem iniciar, mais cedo germinará bons resultados. Ou seja, a infância como uma fase especial de evolução e formação do ser, deve despertar para o mundo da simbologia, o mundo da leitura.

Segundo Koch (1997), foram construídas no decorrer da história humana três concepções distintas de linguagem, a saber: *1. Como representação (“espelho”) do mundo e do pensamento; 2. Como instrumento (“ferramenta”) de comunicação; 3. Como forma (“lugar”) de ação ou interação.*

A primeira afirma que a linguagem serviria para representar o mundo e a realidade que nos cerca e ainda aquilo que pensamos sobre ela, dessa forma, a linguagem seria uma espécie de “espelho” por que perpassam nossos pensamentos e os seres vivos ou não os quais nos rodeiam.

A segunda mostra-nos que a linguagem seria centrada apenas na comunicação. A linguagem funcionaria somente para transmitir mensagens, pressupondo, assim, um emissor e um receptor ideal. Apesar de o processo de comunicação e a linguagem não serem tão simples assim como mostra a Teoria da Comunicação, porque as pessoas ao falarem não só comunicam o que estão falando, como também agem e reagem através da linguagem, desse modo, podem interromper quem fala e muitas vezes também são interrompidas, além de poderem produzir pausas, hesitações e ironias.

Na terceira concepção, percebemos que a linguagem seria fruto da interação entre enunciador/enunciatário, falante/ouvinte, autor/leitor, prestando-se não só como representação do pensamento, mas também como processo de comunicação, isto é, uma peça fundamental para a interação entre os seres humanos e, neste caso, a linguagem sofreria o que Travaglia (1996)[3] chama de “exterioridade” sócio histórica e ideológica, ou melhor, a linguagem seria influenciada pelo contexto linguístico e extralinguístico, pela ideologia e pela História, não só a oficial, mas também a história de cada indivíduo.

## 2.2 O ato de ler e escrever

O conceito de leitura está geralmente restrito à decodificação da escrita. A atividade de leitura não corresponde a uma simples decodificação de símbolos, mas significa, de fato, interpretar e compreender o que se lê.

Segundo Kleiman (2008), a leitura precisa permitir que o leitor aprenda o sentido do texto, não podendo transformar-se em mera decifração de signos linguísticos sem a compreensão semântica dos mesmos.

Assim, um indivíduo pode ser considerado leitor quando passa a compreender o que lê. Ler é antes de tudo compreender, por isso não basta decodificar sinais e signos, é necessário transformar e ser transformado.

De acordo com Freire (1989), a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. A leitura é associada à forma de ver o mundo. É possível dizer que a leitura é um meio de conhecer.

Segundo Micheletti e Brandão (1997), o ato de ler é um processo abrangente e complexo; é um processo de compreensão, de entender o mundo a partir de uma

característica particular ao homem: sua capacidade de interação com o outro através das palavras, que por sua vez estão sempre submetidas a um contexto. Desta forma as autoras afirmam que a recepção de um texto nunca poderá ser entendida como um ato passivo, pois quem escreve o faz pressupondo o outro. Desta forma, a interação leitor-texto se faz presente desde o início de sua construção.

Souza (1997) afirma que leitura é, basicamente, o ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade.

Por isso se torna indispensável que desde os anos iniciais escolares, textos, frases, palavras, sílabas e letras, tudo isso tenha um sentido para a criança, pois é a partir deste processo que ela poderá criar o hábito pela leitura de forma estimulante e fascinadora.

### **2.3 Prática da leitura e da escrita**

Segundo os PCNS (1997), o trabalho com a leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois as possibilidades de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura, espaço de construção da intertextualidade e fonte de referência modalizadora.

A leitura, por um lado, fornece a matéria-prima para a escrita (o que escrever) e por outro lado, contribui pra a construção de modelos (como escrever).

O trabalho com a leitura e escrita tem por finalidade a formação de leitores e escritores competentes, pois a possibilidade de produzir textos tem sua origem na pratica da leitura. A leitura e a escrita como prática social é sempre um meio para múltiplas finalidades, e nunca um fim, pois ler é resposta ao objetivo a uma necessidade pessoal que deve ser incentivada e proporcionada pela escola.

Um dos caminhos enfrentados pela escola é o de fazer com que os alunos aprendam a ler e escrever corretamente, pois a aquisição da leitura e a escrita é imprescindível para agir com autonomia nas sociedades letradas, e provoca uma desvantagem profunda nas pessoas que não conseguem realizar estas aprendizagens.

Segundo Freire (1989), a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo, e aprender a ler e escrever. Alfabetizar-se é antes de qualquer coisa, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto.

Ensinar as crianças a ler no seu próprio dialeto é fundamental para formar bons leitores. As habilidades da criança como falante é decisiva para ser um bom leitor. E as crianças precisam de tempo para decifrar a escrita. Cada criança tem um ritmo próprio que precisa ser respeitada.

#### **2.4 A leitura e a escrita: uma experiência cotidiana**

Trabalho na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Fernão Dias Paes”, localizada no Distrito de São José do Pingadouro, na Rua Principal, S/N, no Município de Lambari d’Oeste – MT, como secretária escolar, há 4 (quatro) anos. Fiz meus estágios aqui mesmo na escola no decorrer do processo de graduação em Pedagogia e sempre que precisava eu ia pra sala de aula, substituir alguns professores que não vinham. Nesse processo, sempre percebia a questão da leitura e escrita, com a qual me preocupo muito e, por isso resolvi pesquisar sobre este tema.

Eu, como pedagoga recém-formada, trabalhando na educação, vejo que a leitura e a escrita são fundamentais para o desenvolvimento dos alunos. Dentro do meu contexto, procuro dar muita ênfase na escrita e na leitura, de forma clara e objetiva. Confesso que não é fácil, pois a cada dia surge um desafio a mais, especialmente no que diz respeito sobre a leitura e a escrita. Por vezes, fico insegura, sempre me questionando se estou correta.

Quando assumo uma sala de aula, por quatro horas, procuro dar o máximo, pois considero uma responsabilidade imensa o fato de substituir uma professora que já está com os alunos deste o começo do ano letivo. No entanto, por outro lado é uma experiência que eu como educadora vou um dia enfrentar.

Nos dias em que estou substituindo algum professor em sala de aula, percebo que a maioria dos alunos não gosta de ler, por este motivo, liam com muita dificuldade. É possível afirmar que algo em torno de 80% dos alunos ao todo liam pessimamente e, esse é um quadro repetitivo, independentemente de qual turma eu assumia para dar aula E ai vem à pergunta: o que devo fazer? Da mesma forma acontece com a escrita, pois penso desta forma, o aluno que não lê, sempre terá dificuldade para

escrever, produzir texto e até mesmo se expressar e quando diz respeito à ortografia, fica mais difícil para o professor trabalhar com a leitura e a escrita desses alunos.

Quando vou pra sala, procuro sempre passar para eles a importância que a leitura e escrita tem no nosso dia a dia, na nossa vida, pois quando se conhece algo, passa a ter valor e com certeza o resultado será bem melhor e produtivo.

Como Ferreiro e Teberosky (1996), afirmam, em outras palavras, que a criança precisa conhecer o mundo da leitura e da escrita, para depois fazer parte dele.

Confesso também que não foi fácil, mudar um ritmo que eles já tinham com seus professores titulares, mas para fazer do meu jeito, fui cativando cada um, com atividades variadas, indo pra biblioteca, fazendo o cantinho da leitura, jogo de memória, hoje posso dizer que quando vou pra sala, eles mesmos já acostumaram com a minha forma de trabalho.

Segundo os PCNS de Língua Portuguesa (1997), é necessário que o aluno compreenda que a leitura e escrita são práticas complementares, que permitem ao aluno construir seu próprio conhecimento sobre os diferentes gêneros, como lê-los, como escrevê-los, e as circunstâncias do uso da escrita.

### **3 CAMINHO METODOLOGICO**

Esta pesquisa foi feita na Escola Municipal Fernão Dias Paes, localizada no Distrito de São José do Pingadouro, na Rua Principal, s/nº, que foi inaugurada em 22/05/1990 criada pelo Decreto nº 1355/88, autorizada pelo parecer da resolução nº 144/2012 CEB/CEE-MT, seu órgão mantenedor é a Prefeitura Municipal de Lambari d'Oeste, com CNPJ é 02585084000106. No Ano letivo de 2016 atende alunos das modalidades: Educação Infantil (Pré I e Pré II) e Ensino fundamental de (1ºAno a 9º Ano), com total de 241 alunos.

Na metodologia será utilizada a abordagem sócia interacionista, permitindo que a criança tenha oportunidade de construir sua aprendizagem com as intervenções pertinentes. Portanto, será aplicada uma metodologia que favoreça o desenvolvimento da criança nas diversas fases da alfabetização, respeitando suas características individuais e necessidades pessoais. Também serão valorizadas as diversas contribuições que os diferentes métodos de alfabetização oferecem.

Estarão sendo desenvolvidas atividades diariamente na sala de aula com materiais concretos como: alfabeto móvel, livros para leitura, jogo de memória com escrita, onde o aluno leva para casa e determina o dia de entrega.

Estarei trabalhando atividades diversificadas visando à participação de todos os alunos no processo de ensino aprendizagem priorizando a leitura e a escrita.

#### **4 DISCUSSÕES E RESULTADOS**

Ao finalizar este artigo, pode-se dizer que a leitura e a escrita tem um papel muito importante na vida do aluno. Portanto a formação de bons leitores e escritores precisa ser um compromisso de todas as instituições de ensino, em especial para os educadores.

Os PCNS das séries iniciais para Língua Portuguesa relatam que a leitura na escola tem sido fundamental, um objetivo de aprendizagem e, é necessário que faça sentido para o aluno, isto é, a atividade de leitura deve responder do seu ponto de vista.

E como se trata de uma prática social complexa, se a escola pretende converter a leitura em objetivo de aprendizagem devo preservar sua natureza e sua complexidade, sem descaracterizá-la.

Com uma mediação entre ler e escrever, o educador vai obter um resultado positivo no decorrer do seu trabalho e, em especial contribuir com a melhoria do processo de ensino aprendizagem.

Na minha experiência como estagiária e como professora substituta pude perceber que nas salas de aula muitas vezes a leitura é apresentada como uma exigência de uma avaliação ou para responder a questões exigidas e avaliadas por um professor, o que descaracteriza a livre escolha do que ler.

#### **5 CONCLUSÃO**

A leitura como grande instrumento facilitador da aprendizagem precisa ganhar lugar de destaque nas escolas, especialmente nos anos iniciais escolares que deixam marcas profundas nos alunos.

A importância do ato de ler trabalha a temática da leitura, discutindo sua importância, explicitando a compreensão crítica da alfabetização, reforçando que a

alfabetização demanda esforços no sentido de compreensão da palavra escrita, da linguagem, das relações do contexto de quem fala, lê e escreve a relação entre leitura de mundo e leitura de palavra.

É preciso uma maior conscientização por parte dos educadores. Alguns tentam e conseguem encontrar o caminho certo, já outros cruzam os braços por acharem sua prática correta, sem se preocupar em buscar formas alternativas de trabalho.

O interesse em ler e o consequente envolvimento em leituras, além do exigido pelo professor, são muitas vezes considerados como algo intrínseco ao aluno, dependendo exclusivamente de suas motivações internas e de sua boa vontade.

Daí a importância desta pesquisa em propor uma reflexão sobre as questões relacionadas à leitura entre os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visto que ainda há uma grande defasagem de leitores comprometidos e estimulados nas salas de aula. Geralmente, a escola responsabiliza o aluno e suas condições familiares pela falta de interesse e não assume como sua a tarefa de incentivar o exercício da leitura.

Nesse sentido, se torna pertinente discutir algumas condições importantes que precisam ser garantidas para cultivar a motivação dos alunos pela leitura.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: 1.ª a 4.ª série – Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997. v.1.

DUTRA, Vânia L. R. **Abordagem funcional da gramática na Escola Básica**. Anais do VII Congresso Internacional da Abralín. Curitiba, 2011. Disponível em: [www.abralin.org](http://www.abralin.org). Acesso em junho de 2016.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996. 144p.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

KLEIMAN, Ângela. **A concepção escolar da leitura**. In: Oficina de leitura. Teoria e Prática. 7ª ed. Campinas: Pontes, 2000.

SOARES, Magda. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CAMINHOS E DESCAMINHOS. **Revista Pátio**, n. 29, fevereiro de 2004

SOUZA, Renata Junqueira de. **Narrativas Infantis: a literatura e a televisão de**

**que as crianças gostam.** Bauru: USC, 1992.

KOCH, Ingedore. (1997). A construção textual do sentido. In: \_\_\_\_\_. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação:** uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 1996.

**Capítulo 3**  
**O ENSINO DA MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO**  
*Claudemir Roque*





## O ENSINO DA MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO

**Claudemir Roque**

*Professor de Língua Portuguesa, com Licenciatura Plena em Letras; Especialista em Gestão Escolar e Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Martin*

*Lutero. E-mail: [roqueclau@hotmail.com](mailto:roqueclau@hotmail.com)*

### RESUMO

O presente trabalho vem abordando a importância de ensinar matemática no Ensino Médio. A Matemática é uma ciência específica de notório saber considerada abstrata histórica e culturalmente. O **objetivo**: Verificar o ensino da matemática no Ensino Médio, bem como a formação do professor em matemática no Ensino Superior, e a didática pedagógica no ensino da matemática em sala de aula. **Metodologia**: Trata-se, de um ensaio teórico e um estudo bibliográfico através da abordagem qualitativa, e procedimento técnico narrativo. Os instrumentos de coletas dos dados foram via leituras, estudos de publicações literárias publicadas como livros, revistas e artigos científicos em sites scielo e Bibliotecas Virtuais. **Resultados**: Este trabalho vem para consolidar a metodologia utilizada no trabalho pedagógico do professor em sala de aula do Ensino Médio, para um ensino prazeroso da matemática, como também, a importância do uso matemático para o desenvolvimento crítico e reflexivo do aluno e também o desenvolvimento do raciocínio lógico para convívio social. Onde o professor é o mediador e transmissor de conteúdos programáticos e inovadores por meio de estratégias significativas para levar aos fatores determinantes que contribuem para a compreensão no ensino e aprendizagem de matemática para o convívio em sociedade ao aluno do Ensino Médio. **Conclusão**: Que é fundamental o uso dos recursos didáticos pedagógicos no ensino de matemático para o desenvolvimento crítico e reflexivo do aluno e também o desenvolvimento do raciocínio lógico para convívio social. Onde o professor é mediador e transmissor de conteúdos programáticos e inovadores promovendo estratégias significativas para levar aos fatores determinantes que contribuem para a compreensão no ensino e aprendizagem de matemática para o convívio em sociedade do aluno no Ensino Médio.

**Palavras-chave**: Matemática. Ensino Médio. Formação do Professor. Ensino Superior.

### ABSTRACT

This work has been addressing the importance of teaching mathematics in high school. Mathematics is a specific science of notorious knowledge considered abstract historically and culturally. The objective: To verify the teaching of mathematics in High School, as well as teacher training in mathematics in Higher Education, and pedagogical didactics in teaching mathematics in the classroom. Methodology: This is a theoretical essay and a bibliographical study using a qualitative approach and a technical narrative procedure. The instruments for data collection were via readings, studies of literary publications published as books, magazines and scientific articles on

Scielo sites and Virtual Libraries. Results: This work aims to consolidate the methodology used in the teacher's pedagogical work in the high school classroom, for a pleasant teaching of mathematics, as well as the importance of mathematical use for the critical and reflective development of the student and also the development from logical reasoning to social interaction. Where the teacher is the mediator and transmitter of syllabus and innovative content through significant strategies to lead to the determining factors that contribute to understanding the teaching and learning of mathematics for living in society to the high school student. Conclusion: That the use of pedagogical didactic resources in teaching Mathematics is essential for the critical and reflective development of the student and also the development of logical reasoning for social interaction. Where the teacher is a mediator and transmitter of programmatic and innovative content, promoting significant strategies to lead to the determining factors that contribute to understanding the teaching and learning of mathematics for the student's interaction in society in High School.

**Keywords:** Mathematics. High school. Teacher Training. University education.

## INTRODUÇÃO

A educação Matemática tem o objetivo de transformar o ensino em um saber lógico por meio de exercício do raciocínio. Para Ribeiro; Paz (2013) precisa oferecer uma aprendizagem centrada na evolução tecnológica, formando seres capazes e preparada para viver e agir nesse mundo cada vez mais complexo, onde as coisas evoluem e modificam rapidamente.

Portanto, Ribeiro; Paz (2013) ressaltam que as mudanças na educação dependem também dos alunos. Alunos curiosos e motivados facilitam enormemente o processo, estimulam as melhores qualidades do professor, tornam-se interlocutores lúcidos e parceiros de caminhada do professor e educador.

Dessa forma, Monteiro (2001) explica que, o ensino da matemática é justificado, em larga medida, pela riqueza dos diferentes processos de criatividade que ele exibe, proporcionando ao educando excelentes oportunidades de exercitar e desenvolver suas faculdades intelectuais e conseqüentemente desempenha na construção de todo o edifício do conhecimento humano.

Sobre a Matemática Bona (2015) destaca que, é uma ciência específica de notório saber considerada abstrata e muito difícil histórica e culturalmente. Na escola de ensino médio permanece a visão destacada pelos professores, que os estudantes não têm interesse em aprender Matemática alegando ser difícil, lamentando que as aulas são complicadas e que eles (alunos) não entendem nada.

Tendo como objetivo a alcançar nesta pesquisa: Verificar o ensino da matemática no Ensino Médio, bem como a formação do professor em matemática no Ensino Superior, e a didática pedagógica no ensino da matemática em sala de aula.

Para consolidar uma aprendizagem significativa de matemática no Ensino Médio, Cerqueira (2013) ressalta sobre a importância da intenção de propiciar aos alunos condições para os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais, favorecendo o desenvolvimento de competências e habilidades, valores e princípios éticos para atuarem na sociedade.

## 1 METODOLOGIA

Trata-se de um ensaio teórico e um estudo bibliográfico através da abordagem qualitativa, e procedimentos técnicos narrativos e descritivos, sobre o ensino da matemática no Ensino Médio, bem como a formação do professor em matemática no Ensino Superior, e a didática pedagógica no ensino da matemática em sala de aula.

A busca da coleta dos dados se deu por meios de artigos científicos publicados nas plataformas como scielo, google acadêmico, ministério da educação, portal da educação MEC, biblioteca virtual e Revistas científicas periódicas educacional publicadas.

Assim, na abordagem qualitativa, Creswell; Creswell (2017) explicam que representa uma forma de compreensão dos significados atribuídos a eventos específicos pelos seus participantes, considerando a existência de uma natureza subjetiva sobre um assunto a ser narrado ou descrito.

Segundo Lakatos; Marconi, (2010), a revisão narrativa das demais revisões por permitir a inclusão de pesquisas de métodos diversos buscando um conhecimento mais amplo da literatura para conhecer e entender o fenômeno estudado.

Lakatos; Marconi, (2010) destacaram que, se faz necessário a orientação sustentação bibliográfica, no sentido de compreender como os autores abordam sobre a introdução e consolidação da matemática no Ensino Médio na escola utilizando os recursos didáticos pedagógicos, sendo este um componente importante na construção da cidadania dos alunos que cursam o Ensino Médio.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA O PRINCÍPIO DA MATEMÁTICA

A matemática é uma ciência de raciocínio lógico e abstrato, segundo o Portal da Educação (2013) as principais funções da matemática são: estudar as quantidades, medidas, espaços, estruturas e variações das equações matemáticas que forem apresentadas, a matemática é aplicada em nosso cotidiano a todo o momento desde uma compra com seu pagamento, até as medidas que você ira usar para fazer um bolo.

Diante da necessidade do uso matemático para o convívio social Ávila (2010) escreveu que:

Desde os primórdios da civilização, o homem como ser pensante, sempre quis entender o mundo em que vive. Será que a terra é plana? Os planetas se deslocam erraticamente? Como explicar os movimentos do sol e da lua? Perguntas como estas e outras certamente atormentaram o espírito humano por muitos milênios, até que, a partir do século VI a. C. começaram a ser respondidas e com muito sucesso. (ÁVILA, 2010, p. 6)

A partir da necessidade humana, Ávila (2010) explica que, foram surgindo ideias matemáticas simples de semelhança de figuras geométricas e proporcionalidade que permitiriam aos astrônomos, quando já no século III a. C. calcular o tamanho da terra, os tamanhos do sol e da lua e as distancias que se encontram esses astros da terra.

Para tanto, Ávila escreveu que, “As ideias de Copérnico (1473-1543), Galileu (1564-1642) e Kepler (1571-1630) sobre o sistema solar [...]” (2010, p. 7). Assim, os desenvolvimentos que se seguiram, sobre tudo com os trabalhos, iriam resgatar a antiga ideia de Pitágoras (séc. VI a. C.) de que os números é a chave para a compreensão dos fenômenos.

Acredita-se, que ao lidar com quantidade, surgiu com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária e a formação das comunidades sedentárias. Assim a abundância de produtos incentivava o desenvolvimento de trocas, resultando na organização do comércio. “Ora, para haver troca de produtos entre as comunidades, é preciso estabelecer regras que regulem o valor de cada uma”, como afirma Soares (2009, p. 27).

Ainda Soares (2010) destacou que, muitos povos desenvolveram sistema de numeração para registrar pequenas ou abundância, onde vários sistemas ainda são

conhecidos, a exemplos do egípcio, do mesopotâmio, do chinês, do maia, onde cada um com suas próprias regras. No entanto, a leitura de uma quantidade na numeração egípcia era facilitada por um sistema que representava por meio de símbolos.

Soares “Os romanos, imitando os gregos, representavam números utilizando letras”, (2009, p. 33). Acredita-se, que os romanos adotaram regras de composição de quantidade que indicavam adição e subtração, conforme a posição de uma letra em relação a outra, onde uma letra de menor valor ao lado esquerdo de uma de maior valor significava uma subtração.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

A matemática desenvolveu-se seguindo caminhos diferentes nas diversas culturas. O modelo de matemática hoje aceito originou-se com a civilização grega, no período que vai aproximadamente de 700 a. C. a 300 D. C., abrindo sistemas formais, logicamente estruturados a partir de um conjunto de premissas e empregando regras de raciocínio preestabelecidas. A maturidade desses sistemas formais foi atingida no século XIX, com o surgimento da teoria dos conjuntos e o desenvolvimento da lógica matemática. (BRASIL, 2001, p. 25)

Dessa forma, Soares (2010) destacou que, depois de um longo percurso e avanços conquistados o ensino da matemática atualmente vem contrapondo-se da melhor maneira possível nas escolas, pois já no século XX, graças a eficazes ideias matemáticas, novamente o homem alargou as fronteiras de mundo em que vive, calculando distâncias astronômicas fantásticas.

A matemática caracteriza-se como uma forma de compreender e atuar no mundo e o conhecimento gerado nessa área do saber como fruto da construção humana na sua interação constante com o contexto natural, social e cultural. [...]. A matemática é uma ciência viva, não apenas no cotidiano dos cidadãos, mas nas universidades e centros de pesquisa, onde se verifica hoje, uma impressionante produção de novos conhecimentos que, a par de seu valor intrínseco, de natureza lógica, tem sido instrumentos úteis na solução de problemas científicos e tecnológicos da maior importância (BRASIL, 2001, p. 24).

Isso reflete em todo conhecimento humano, já que a matemática é, direta ou indiretamente, instrumento do qual dependem para sua organização, as demais ciências, como a física, a química, a biologia, a música, a arte. Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) afirma: “Fruto da criação e invenção do homem, a matemática não evoluiu de forma linear e logicamente organizada”, (BRASIL, 2001, p. 25). Para dimensionar o ensino da matemática no currículo escolar é importante que

a escola discuta sobre a natureza desse conhecimento, como base para a reflexão, a fim de contribuir para a formação da cidadania.

### 3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR EM MATEMÁTICA NO ENSINO SUPERIOR

Atualmente a sociedade, cobra uma reestruturação do ensino, e os professores são colocados como a chave principal para que a mudança pretendida ocorra; frente às dificuldades apontadas no ensino e na aprendizagem da matemática, nas últimas décadas foi iniciado um processo de contextualização do conhecimento escolar.

Buscando atribuir significados ao conhecimento matemático para que o aluno, de acordo com sua realidade, consiga aplicar os conceitos matemáticos aprendidos na escola, através da utilização dos recursos didáticos pedagógicos lúdicos, para o convívio social. (MONTEIRO, 2001, p. 89)

Segundo Junqueira (2015), para haver mudanças na sala de aula do ensino médio, é preciso haver também mudanças no ensino superior, nas reformas curriculares, nas licenciaturas de matemática para a formação acadêmica dos futuros professores de matemática.

Quanto às mudanças, Junqueira (2015) explica que a primeira lei sobre as orientações e fundamentos da educação nacional foi elaborada e seus reflexos estão refletidos nos cursos de matemática. Assim, a lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, primeira lei de diretrizes e fundamentos da educação nacional (LDBEN, BRASIL, 1961), que criou o primeiro modelo federal de administração da educação brasileira.

Assim, Junqueira (2015) apontou que a lei n. 4024/20/12/61 criou o Conselho Federal de Educação (CFE), delegando, entre outras incompetências, a fixação do conteúdo mínimo e duração dos cursos superiores para a formação de pessoal para as profissões regulamentadas em lei, inclusive o Bacharelado em Matemática. Devido às alterações introduzidas por esta lei, a licenciatura passou a ser considerada um curso único de quatro anos.

Segundo Ziccardi (2009), o Parecer 295, aprovado em 14 de novembro de 1962, determina que o currículo mínimo do curso de Licenciatura em Matemática seja ministrado em um único curso de quatro anos abrangendo as seguintes disciplinas: Ilustração Geométrico e Geometria Descritiva., noções básicas de matemática elementar, física geral, cálculo diferencial e integral, geometria analítica, álgebra e

cálculo numérico. Para disciplinas primárias de matemática básica recomenda-se uma análise e revisão das disciplinas ensinadas no currículo ensino médio.

Junqueira (2015) observa que a lei da Reforma Universitária de 1968 manteve a mesma estrutura tradicional retrógrada que não contribuiu para o pleno desenvolvimento do processo.

Em 1972, segundo Junqueira (2015), houve um movimento em que ele percebeu que o crescimento desenfreado das universidades se dava pela simples multiplicação de unidades, segmentação separada, sendo inevitável a fragmentação e a isolamento do trabalho docente. o número de pesquisadores e a dispersão dos alunos pelo sistema de créditos. O licenciado em Matemática só pode leccionar Matemática, Física, artes ou ciências nos 1.º e 2.º Anos, equiparados ao ensino Primário e Secundário em vigor, desde que conste do currículo de formação.

A primeira LDB, lei n. 4.024/61 (BRASIL, 1961) foi discutido por cerca de dez anos até sua aprovação. Com base nas ideias de desenvolvimento, 4.024/61. s. As emendas que alteram o texto normativo da lei contribuíram para o 5.540/68. (BRASIL, 1968) para a criação de uma lei que ficou conhecida como lei da Reforma Universitária visando reformar a estrutura do ensino superior.

Após a reforma universitária de 1968, não conseguiu dissolver a tradição de escolas isoladas e profissionalizantes que caracterizam o ensino superior brasileiro desde o seu início. Uma nova lei foi promulgada em 1971 para a educação brasileira, onde foi apresentada no auge do regime militar: a lei 5.692/71 (BRASIL, 1971), posteriormente suplantada pela recente LDB, lei 9.394/96. No entanto, para se chegar ao 9.394/96 deve-se supor que houve muita discussão e debate entre os profissionais da educação.

Dessa forma, Brandt; Moretti (2016) destacaram que o conhecimento requer não só a compreensão das formas como estão organizados os conceitos e os princípios básicos das disciplinas apresentadas pelo curso Superior em Matemática nas instituições, como também o domínio do conjunto de maneiras, conceitos, currículos mediante as quais a validade das produções é estabelecida no referido campo do conhecimento.

Assim, Junqueira (2015) apontou que a lei nº 9.394/96 (LDBEN), foi editada para maior flexibilidade para a organização dos cursos de educação, entendidos como currículos mínimos improvisados e sua excessiva rigidez, o que certamente impedir as instituições de buscar inovações e flutuações em seus currículos. sugestões.

Entretanto, com a aprovação da LDBEN em 1996, coube às universidades desenvolver o currículo de seus cursos e programas segundo as diretrizes gerais pertinentes.

Parecer CNE / CP 009/2001, segundo Gatti; Nunes (2008) considera essenciais para o desenvolvimento dos cursos de graduação em matemática, um conjunto de incompetências necessários ao desempenho profissional, bem como a adoção dessas incompetências como princípios norteadores, tanto na proposta educacional quanto nos estudos e na avaliação, bem como na organização institucional e curricular de cada instituição de ensino superior da direção da escola formadora.

Segundo o Parecer CNE / CP 009/2001, a organização curricular à qual devem ser respeitadas as incompetências inerentes à formação para a atividade docente do Ensino Médio, nomeadamente:

- I – Ensino visando à aprendizagem do aluno;
- II - Acolhimento e o trato da diversidade;
- III - Exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV - Aprimoramento em práticas investigativas;
- V - Elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI – O uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII – O desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe. (BRASIL, 2002, p. 61)

Segundo Andrade (2011) no mundo de hoje, as tecnologias são indispensáveis na educação das jovens adolescentes. Eles vivem tecnologias e sonham com a tecnologia, os tempos mudaram. É o mundo deles e, isto é fato. Na busca da quebra desse paradigma, não basta só conscientizar a sociedade é preciso nas instituições de ensino superior formar os educadores, os professores que irão atuar em sala de aula no Ensino Médio, usando a tecnologia como recurso didático pedagógico no ensino da matemática.

#### **4 O ENSINO DE MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO**

A matemática, para Brandt; Moretti (2016) é um conhecimento de natureza cumulativa, a aprendizagem no ensino médio é decisiva para a construção de alicerces que sustentem os conteúdos posteriores como no ensino superior e para o

uso no cotidiano. Este fator aumenta a responsabilidade dos profissionais que atuam nesta fase educacional, bem como a de seus formadores nas faculdades.

Para dimensionar a matemática no currículo do Ensino Médio, é fundamental que os professores discutam sobre a natureza do conhecimento matemático e que identifique suas características principais e seus métodos particulares utilizados pelo professor. Conforme afirma o Parâmetro Curricular Nacional de Matemática (PCNs) “[...] para levar o aluno a reflexão sobre o papel que essa disciplina desempenha na formação da cidadania para o convívio social” (BRASIL, 2001, p. 26).

No entanto, Ávila (2010) explica que, um dos principais objetivos do sistema educacional matemático é qualificar o cidadão para sua inserção do mundo no mundo das relações sociais, estimulando o crescimento coletivo e individual e o respeito mútuo, mostrando a eles a forma diferenciada de abordar os problemas que se apresentam diariamente, a cada um, isso leva a pensar na formação básica do indivíduo.

O ensino da matemática deve basear-se em proposta que valorizem o contexto sociocultural do educando, partindo de sua realidade, de indagações sobre ela, para parti-la daí, definir o conteúdo a ser trabalhado, bem como o procedimento que deverá considerar a matemática como uma das formas de leitura de mundo. (MONTERIO, 2001, p. 38)

Quanto a aprendizagem da matemática na escola no Ensino Médio, Ribeiro; Paz (2013) ressaltaram que, é fundamental que o espaço escolar deve ser reestruturado favorável à promoção do ensino aprendizagem. Professores de matemática devem planejar e desenvolver ações por meio de estratégias que utilizam recursos didáticos pedagógicos a fim de qualificar os alunos do ensino médio como profissionais que possam sobressair no mercado de trabalho e para o convívio social.

A educação no mundo contemporâneo exige que o educador leve em consideração a experiência cotidiana dos alunos, promovendo assim a transformação e a compreensão, de sua realidade. De acordo com Monteiro (2001) a educação quando planejada e desenvolvida dentro da realidade social e cultural do aluno propicia o desenvolvimento e a compreensão durante o processo de construção da aprendizagem criando assim, uma perspectiva fundamental no auxílio da aquisição do conhecimento.

Para Brandt; Moretti (2016) é fundamental que o professor consiga ultrapassar o paradigma no Ensino Médio quanto a transmissão do conhecimento que privilegia a

linguagem em lugar do pensamento, que enfatiza a aprendizagem de termos, definições e algoritmos ao invés de estimular o estabelecimento de relações, a busca de semelhanças e diferenças, enfim, das regularidades e dos padrões, atividades estas que, entre outras, constituem o cerne do pensamento matemático.

Segundo Cunha *et al.* (2015), ser professor exige muito mais do que ter somente conhecimento sobre sua área específica. É preciso instigar, motivar o aluno a construir o conhecimento. O professor tem que ensinar o aluno a pensar, a descobrir. Mas para isso, ele tem que quebrar os velhos paradigmas da escola tradicional, deixando de ser somente um transmissor de informações.

Assim, Brandt; Moretti (2016) destacaram que, o docente precisa conhecer, de maneira aprofundada, os conceitos e as propriedades referentes aos conteúdos com os quais ele vai trabalhar com seus alunos, bem como sua história de vida. Esse conhecimento é essencial para que o professor possa ele mesmo perceber e levar seus alunos a perceberem a matemática como um campo de conhecimento dinâmico e aberto.

Nesse sentido Guajardo (2011) diz que o professor de Matemática precisa entender que o recurso tecnológico como todas as ferramentas produzidas pelo ser humano pode ser usado para construir o progresso, combater iniquidade e dar maiores oportunidades às novas gerações. Para o professor de matemática utilizar as tecnologias no Ensino Médio, faz-se necessário ter consciência para que não se amplie a distância social do sistema educativo em termos de qualidade do ensino e de oportunidades aos estudantes.

## **5 A DIDÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE MATEMÁTICA EM SALA DE AULA**

Verifica-se a necessidade de uma horizontalidade no processo de ensino e de aprendizagem, em que todos devem ser agentes desse processo, quando Cunha *et al.* (2015) escreveu afirmando sobre Paulo Freire (2010) o diálogo é uma relação horizontal. Nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança. Nas palavras de Freire, percebe-se o vínculo entre o diálogo e o fator afetivo que orientará o valor essencial do diálogo em relação aos educandos que não se posicionarão meramente como receptores, mas como indivíduos participantes.

Um dos recursos didáticos pedagógicos que a escola pode oferecer para favorecer a autonomia do aluno no Ensino Médio, Segundo Cunha, *et al.* (2015) é um

ambiente informatizado, com laboratórios de informática, onde atribui grande ênfase aos recursos usados no processo ensino e aprendizagem do ponto de vista construtivista, amparados pela concepção de que o conhecimento é construído a partir de percepções e ações do sujeito.

Dessa forma, Biembengut (2005) é fundamental que o professor em sala de aula no Ensino Médio promova atividades pedagógicas que faça o aluno a pesquisar em sala de aula com problemas do seu cotidiano, entretanto, trabalhando com materiais concretos, ou seja, pesquisa de campo onde o educador pode promover uma possibilidade de visualização a matemática empregada, afirmando todo o processo de pesquisa trabalhado em sala de aula com os alunos.

Também, Ribeiro; Paz (2013) destacaram o poder e fascínio que as Novas Tecnologias podem promover no ensino da Matemática, levando o aluno a um conhecimento rápido, fácil, interativo e acompanhado de um raciocínio lógico, é que tanto o professor como o aluno tem a obrigação de acompanhar essa evolução tecnológica e, assim, inserir-se nesse mundo cada vez mais digitalizado, sobre pena de ser evadido do sistema social.

A matemática veio para facilitar a compreensão dos alunos no contexto a ser trabalhado e ao mesmo tempo contribuindo para o seu desenvolvimento na sociedade como pessoa participativa. O educador tem a função de empenhar por uma vez que terá de formular maneiras diferentes de ensinar o aluno, sejam elas com problemas do dia a dia, jogos, materiais concretos e até mesmo com a história da matemática, mostrando o quanto ela foi importante para o desenvolvimento do homem e como pode ser para o seu próprio desenvolvimento. (BIEMBENGUT, 2005, p. 82)

Compreende-se, que mudanças no processo de ensino e aprendizagem de Matemática estão sendo discutidas por pesquisadores ao longo dos últimos anos, não apenas no que se refere a conteúdo, mas também no que se refere a objetivos e a metodologias. Sobre o ensino e aprendizagem de matemática, Cunha, *et al.*, (2015) explicam que é sem dúvida uma das matérias mais temidas pelos alunos, e que a utilização das tecnologias e da informática nas aulas pode ser um excelente meio didático pedagógico para a construção do conhecimento, como também uma fonte metodológica para ajudar no processo de ensino e aprendizagem, além de auxiliar no desenvolvimento da autonomia dos alunos.

Assim, para promover uma aprendizagem de qualidade no ambiente escolar, Cerqueira (2013) destacou que é fundamental permitir que o aluno compreenda o

assunto por meio de exemplos ligados ao seu cotidiano para que, posteriormente, ele seja capaz de resolver problemas mais complexos. A aprendizagem que atribui significado ao conceito permite que os alunos tomem decisões com mais segurança e autonomia em diversas situações.

Para o professor de matemática, proporcionar a aprendizagem significativa aos alunos do Ensino Médio, uma das estratégias é a sequência didática. Dolz; Schneuwly (2004) defendem que as sequências didáticas são como instrumentos que podem nortear os professores na condução das aulas e no planejamento das intervenções. Além disso, a sequência de atividades deve permitir a transformação gradual das capacidades iniciais dos alunos. As atividades podem ser concebidas com base no que os alunos já sabem e, a cada etapa, aumentar o grau de dificuldade, ampliando a capacidade desses estudantes.

Assim, Cunha, *et al.*, (2015) destacaram que, a aprendizagem da Matemática depende de ações que caracterizam o fazer Matemática como experimentar, interpretar, visualizar, induzir, conjecturar, abstrair, generalizar e demonstrar. É o aluno agindo, diferentemente de seu papel passivo frente a uma apresentação formal do conhecimento, baseada essencialmente na transmissão ordenada de fatos, geralmente na forma de definições e propriedades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este trabalho contribua para uma melhor compreensão do ensino da matemática no Ensino Médio. A pesquisa revelou que o perfil desejado para o professor Bacharel em Matemática é o de um profissional que possua uma base sólida nos conteúdos matemáticos e uma formação que o prepare para enfrentar os desafios das rápidas transformações sociais, do mercado de trabalho e das condições profissionais em constante evolução.

É de suma importância que o professor de matemática no Ensino Médio possua uma visão que permita o uso de recursos didáticos pedagógicos que promovam uma aprendizagem plena. É essencial reconhecer que o conhecimento matemático pode e deve ser acessível a todos os estudantes, independentemente de suas habilidades e aptidões. Além disso, o professor deve ter consciência de seu papel na superação dos preconceitos e barreiras que ainda existem no ensino-aprendizagem da disciplina. É necessário combater a angústia, a inércia e a rejeição que alguns alunos enfrentam

em relação à matemática, buscando estratégias inclusivas e motivadoras que estimulem a participação e o interesse dos estudantes. Dessa forma, o professor contribui para criar um ambiente de aprendizagem acolhedor, que promove a superação de obstáculos e o desenvolvimento pleno dos alunos em relação à matemática.

Conclui-se, que o conhecimento é vital para o ser humano, sobretudo na busca de sobrevivência, e o esforço maior da consciência humana a fim de aprender a realidade na qual vive o homem e pelo estabelecimento das relações entre os objetos e os seres. Compreende-se que o conhecimento matemático tem força transformadora e iluminadora, pois o ser humano relaciona-se com o objeto para além da contemplação, uma vez que estabelecem diferentes formas de interagir com eles.

É fundamental o uso dos recursos didáticos pedagógicos no ensino de matemático para o desenvolvimento crítico e reflexivo do aluno e também o desenvolvimento do raciocínio lógico para convívio social. Onde o professor como mediador e transmissor de conteúdos programáticos e inovadores promove estratégias significativas para levar aos fatores determinantes que contribuem para a compreensão no ensino e aprendizagem de matemática para o convívio em sociedade do aluno.

O estudo realizado indica que os cursos de Licenciatura em Matemática das universidades brasileiras, em geral, seguem um modelo baseado na racionalidade técnica, no qual as disciplinas relacionadas ao conteúdo específico da matemática são ensinadas antes das disciplinas pedagógicas. No entanto, há uma percepção de mudanças nessa estrutura, inicialmente impulsionadas pela mobilidade social e, posteriormente, pelas manifestações legais. Isso proporciona aos futuros professores de matemática do Ensino Médio uma melhor reflexão e ação, com o intuito de aprimorar a abordagem pedagógica nessa área.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. A. O. **Os professores de Matemática e as TIC na educação tecnologia, mídias e educação.** V Colóquio Internacional – Educação e Contemporaneidade. (2011).

ÁVILA, Geraldo. **Várias faces da matemática: tópicos para licenciatura e leitura geral.** 2 ed. São Paulo: Blucher, 2010.

BIEMBENGUT, Maria Salett. **Modelagem matemática no ensino**. São Paulo: Contexto, 2005.

BONA, Aline Silva de. Aulas investigativas e a construção de conceitos de matemática: **um estudo a partir da teoria de Piaget**. 2015 | volume 26 | número 2 | 240-248. Disponível em: Psicol. USP vol.26 no.2 São Paulo maio/ago. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420130025>. Acesso: 12 jun. 2023.

a)

BRANDT, CF., and MORETTI, MT., orgs. **Ensinar e aprender matemática: possibilidades para a prática educativa** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 307.2016

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 dez. 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm). Acesso: 11 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei n 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 nov. 1968, Seção 1, p. 10369. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso: 12 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretriz e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5692.htm>>. Acesso: 12 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso: 12 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Conselho Federal de Educação. Parecer 295/62**. Currículo mínimo para a licenciatura em matemática. Documenta, Brasília, n. 10, p. 85-87, 1962. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso: 12 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CP 9/2001**. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 jan. 2002, Seção 1, p. 31. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Matemática**, 5ª a 8ª série. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CERQUEIRA, Dermeval Santos. **Estratégias didáticas para o ensino da Matemática**. 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/2197/estrategias-didaticas-para-o-ensino-da-matematica>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. David. **Desenho da pesquisa**: Abordagens qualitativas, quantitativas e de métodos mistos. Mil Carvalhos: Publicações Sage, 2017.

CUNHA, Abadia de Lourdes da. *et al.* **O professor de Matemática do ensino médio e as tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas estaduais de Goiás**. RISTI no. Spe 4 Porto set. 2015.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros e progressão em expressão oral e escrita**. Elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In Gêneros Oraís e escritos na escola. Campinas (SP): Mercado de Letras. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 2010.

GATTI, B. A; NUNES, M. M. R. (Coord.). **Formação de professores para o ensino fundamental**: instituições formadoras e seus currículos. Relatório final: estudo dos cursos de licenciatura no Brasil: letras, matemática e ciências biológicas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2008. v. 2. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/pdf/Formacao%20de%20Professores%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GUAJARDO, H. **A formação de professor de matemática**: um desafio completo. VI reunião de didática de matemática de Argentina. 2011.

JUNQUEIRA, Sonia Maria da Silva. Reformas curriculares em cursos de licenciatura de Matemática: intenções necessárias e insuficientes. **Ciências. educacionais**. (Bauru) vol.21 no. 3 Bauru jul/set. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320150030007>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTEIRO, Alexandrina. **A matemática e os temas transversais**. São Paulo: Moderna, 2001.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **O princípio da matemática**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/o-principio-da-matematica/49191>. 2013. Acesso em: 11 jun. 2023.

RIBEIRO, Flávia Martins; PAZ, Maria Goretti. O ensino da matemática por meio de novas tecnologias. 2013. **Revista modelos – facos / cnecosório** a n o 2 – v o l . 2 – n o 2 –Disponível em: <[http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/modelos/agosto\\_2013/pdf/o\\_ensino\\_da\\_matematica\\_por\\_meio\\_de\\_novas\\_tecnologias.pdf](http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/modelos/agosto_2013/pdf/o_ensino_da_matematica_por_meio_de_novas_tecnologias.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2023.

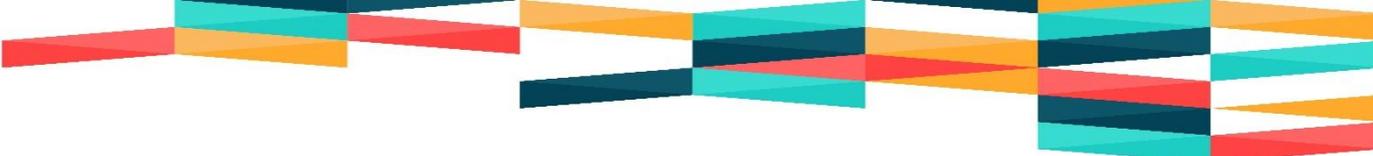
SOARES, Eduardo Sarquis. **Ensinar matemática**: desafios e possibilidades. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

SOUZA, Antônio Carlos de. TCC: **Métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

ZICCARDI, L. R. N. O curso de matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: uma história de sua constituição/desenvolvimento/legitimação. 2009. 412 f. **Tese (Doutorado em Educação Matemática)** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/similar.php?lang=en&text>. Acesso em: 13 jun. 2023.

**Capítulo 4**  
**O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
*Anita Rosália Royer de Paula*





## O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Anita Rosália Royer de Paula**

*Professora graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Pós Graduada em Psicologia da Aprendizagem pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA, Educação Infantil com ênfase na alfabetização pela Faculdade de Rolim de Moura – RO FAROL, E Gestão em Bibliotecas Escolares e Salas de Leituras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Martin Lutero; atualmente atuando em sala multisseriada na Educação de Jovens e Adultos – EJA. E-mail: [anitaropaula@hotmail.com](mailto:anitaropaula@hotmail.com)*

### RESUMO

Este estudo tem como objetivo verificar o papel da escola atual no processo de inclusão de alunos com deficiência, se tem sido realizado na rede regular de ensino, por meio das leis que norteiam a inclusão na escola. A metodologia utilizada foi um estudo teórico por meio de pesquisa bibliográfica, através de uma abordagem qualitativa, e a técnica descritiva, com a utilização de artigos publicados em sites científicos nos bancos de dados como scielo, google acadêmico, ministério da educação, portal da educação MEC, biblioteca virtual e Revistas científicas educacional publicadas no período de janeiro de 2015 a setembro de 2022. Compreende-se, que por meios da atual política de Educação Inclusiva, a escola brasileira promove a inclusão de todos os alunos no ensino comum e regular, independentemente de suas condições físicas, sociais, emocionais, linguísticas ou culturais. Assim, os princípios legais, como a Constituição Federal de 1988, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a LDB 1996, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e a Lei nº 13.146, de 2015, garantem a inclusão escolar no ensino regular e direitos iguais para todos. A escola atual e os professores têm o papel de assegurar acesso a uma educação de qualidade, possibilitando que todas as crianças se tornem cidadãos conscientes e socialmente aceitos, por meio de práticas inclusivas e apoio individualizado.

**Palavras-chave:** Escola. Educação Inclusiva. Ensino Regular.

### ABSTRACT

This study aims to verify the role of the current school in the process of inclusion of students with disabilities, if it has been carried out in the regular education network, through the laws that guide inclusion in the school. The methodology used was a theoretical study through bibliographical research, through a qualitative approach, and the descriptive technique, with the use of articles published on scientific sites in databases such as scielo, academic google, ministry of education, portal of education

MEC, virtual library and educational scientific journals published from January 2015 to September 2022. It is understood that, through the current Inclusive Education policy, the Brazilian school promotes the inclusion of all students in common and regular education, regardless of their physical, social, emotional, linguistic or cultural conditions. Thus, legal principles such as the Federal Constitution of 1988, the World Declaration on Education for All (1990), the Salamanca Declaration (1994), the LDB 1996, the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education of 2008 and Law No. 13,146 of 2015 guarantees school inclusion in regular education and equal rights for all. The current school and teachers have the role of ensuring access to quality education, enabling all children to become conscious and socially accepted citizens, through inclusive practices and individualized support.

**Keywords:** School. Inclusive education. Regular education.

## 1. INTRODUÇÃO

Em síntese, o trabalho em questão abordou o tema o papel da escola atual na educação inclusiva, entende-se que nas últimas décadas o debate sobre a escolarização de pessoas com deficiência ganhou visibilidade no âmbito da política educacional. A educação é considerada direito de todos, dever do Estado e da família apoiada e incentivada em conjunto com a sociedade assegurando o desenvolvimento pessoal, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Assim, nasceu o interesse em realizar pesquisas sobre a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular, a partir do estágio supervisionado na escola e por ser um tema muito presente e atual no cotidiano dos professores. Assim, por meio de estudos teóricos, verificou-se se a escola atual promove a inclusão e leva em consideração a diversidade de indivíduos e grupos humanos.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo verificar o papel da escola atual no processo de inclusão de alunos com deficiência, se realmente, vem sendo realizado na rede regular de ensino, por meio das leis que norteiam a inclusão na escola.

Quanto aos aspectos metodológicos foram utilizados, um estudo teórico por meio de pesquisa bibliográfica, através de uma abordagem qualitativa, e a técnica descritiva, com a utilização de artigos publicados em sites científicos nos bancos de dados como scielo, google acadêmico, ministério da educação, portal da educação MEC, biblioteca virtual e Revistas científicas educacional publicadas no período de

janeiro de 2015 a 2023, salvo as Leis que regem a inclusão de deficientes na escola do ensino regular nortearam o texto em questão.

O texto em questão está dividido e estruturado em quatro seções: a primeira traz a discussão da história da educação inclusiva no Brasil desde o século XV até os dias atuais; A segunda seção examinou o avanço da educação inclusiva no Brasil por meio de princípios jurídicos como a declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a declaração de Salamanca (1994) e princípios nacionais como a constituição Federal (1988) e a lei de princípios e Políticas de Educação Nacional (1996), que regula a educação inclusiva.

A terceira seção descreveu o papel do professor em sala de aula na escola inclusiva; e, finalmente, destacou o papel da escola atual na educação inclusiva por meio de leis e políticas nacionais de educação especial na eficácia do processo educacional inclusivo.

## **2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

Fazendo uma retrospectiva da história da inclusão escolar, observa-se que ela é ainda bem recente na nossa sociedade, pois a inclusão é recente no Brasil. Assim, Nunes; Saia; Tavares (2015, p. 03) destacaram que, “ao longo curso da história, o tratamento dado às pessoas com deficiência sofreu a influência de questões culturais e religiosas”.

Desde a Bíblia, ainda os autores Nunes; Saia; Tavares escreveram que, têm referências a cegos e leprosos como pedintes ou rejeitados pela comunidade. “Na literatura antiga, para as pessoas com deficiência intelectual, a única ocupação era a de bobo da corte ou a de palhaço, para diversão dos senhores e de seus hóspedes”, (2015, p. 03).

Entretanto, a partir do século XV até século XVIII, segundo os autores Oliveira; Silva; Menezes (2016) afirmam que:

Iniciou-se o processo de institucionalização, que passava a ter uma visão desses indivíduos como doentes, que precisavam ser isolados da sociedade para serem tratados e, portanto, não havia caráter educacional, mas sim, o caráter médico e assistencialista. No Brasil, teve início com a criação de duas instituições: o Imperial instituto dos meninos Cegos em 1857, atual instituto Benjamin Constant (IBC) e o instituto Nacional dos surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro (MENEZES, p. 05. 2016)

No início do século XX, estudos médicos e psicológicos contribuíram para o surgimento de novas conjecturas sobre as aptidões e inteligência das pessoas, bem como uma nova abordagem para o tratamento de pessoas com deficiência. “Helena Antipoff e Ulysses Pernambucano, foram dois brasileiros que contribuíram para a educação institucionalizada dos alunos com deficiência, nas primeiras décadas do século XX”, segundo Nunes; Saia; Tavares (2015, p. 03).

Ainda no século XX, de acordo com (OLIVEIRA; SILVA; MENEZES, 2016) inicia-se, uma movimentação mundial pela inclusão educacional e o respeito a diferença, registrada em documentos mundiais, a exemplo da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994), e nacionais, como a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que estimulam a reflexão sobre os parâmetros educacionais ao longo da nossa história.

Como forma de ampliar a discussão iniciada na Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (1990), os autores, Breitenbach; Honnef; Costas (2016, p. 364) afirmaram que, a ideia de educação para todos, realizou-se em “Salamanca, Espanha, em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, onde foi elaborada a, Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais”, que indica a difusão dos preceitos neoliberais, sob a forma de políticas públicas.

Assim, a Declaração de Salamanca (1994) oferece um ordenamento de ações que preconizam os encaminhamentos educativos com ênfase na educação inclusiva:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;  
Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;  
Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;  
Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;  
Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (SALAMANCA, 1994, p. 11).

A Declaração de Salamanca, segundo Oliveira; Silva; Menezes (2016) explicam que a aprendizagem deva se adaptar à criança e não o inverso, como acontecia anteriormente, e que os encaminhamentos para classes especiais deveriam acontecer somente em casos extremos. “no Brasil, a educação inclusiva passou a ganhar força a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988 e da Lei Diretrizes e Base, de n. 9394/1996”. (OLIVEIRA; SILVA; MENEZES, 2016, p. 08).

Depois de 1996, conformem Oliveira; Silva; Menezes (2016, p. 10) destacaram que, “ o governo federal, elaborou e implantou Leis e Decretos de Programas sobre Educação Inclusiva, assim de 2003 até 2015, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva”. Visando reformar os sistemas de ensino educacionais inclusivos. Nessa perspectiva, as políticas buscam atender as necessidades educacionais de alunos especiais no ensino regular, fazendo com que sejam acolhidos na escola regular independente de suas limitações, sejam físicas, intelectuais ou linguísticas.

### **3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

No decorrer do século XX, a partir da institucionalização da escolaridade obrigatória e do reconhecimento de incapacidade da escola de responder pelo aprendizado de todos os alunos, criaram-se, então, as salas especiais dentro de escolas regulares, para onde os alunos considerados com dificuldade de aprendizado eram encaminhados. “sobretudo após as duas guerras mundiais, houve a proliferação das salas e escolas especiais” (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015, p. 04).

Também no século XX, nasceu o instituto Pestalozzi (1926), instituto especializado em ajudar pessoas com deficiência mental; em 1954, nascia a primeira associação de pais e amigos de deficientes mentais - APAE; e em 1945, na associação Pestalozzi, Helena Antipoff criou o primeiro serviço de educação especial para superdotados. (BRASIL, 2007).

No Brasil, de acordo com Silva *et al.* (2019) começa os avanços da educação inclusiva, nas iniciativas públicas quando passam a desenvolver campanhas e estruturar órgãos de acordo com as especificidades para cada deficiência, no período de 1957 até 1993, onde marca um importante avanço, pois dispõe de espaço para a organização da educação inclusiva no âmbito nacional.

Dessa forma, Oliveira, *et al.* (2018) destacaram um marco significativo que foi à troca da expressão (alunos excepcionais) por alunos portadores de necessidades especiais, que ocorreu no ano de 1986. Assim a pessoa com deficiência passou a ter sua imagem social mais valorizada. Nos anos 90 surge o termo Escola Inclusiva, que busca inserir os alunos com deficiência na rede de ensino regular, reconhecendo com respeito à necessidade de as crianças serem educadas em conjunto, independentemente de suas condições intelectuais, afetivas, sociais, físicas e linguísticas.

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está garantido na Constituição Federal do Brasil desde 1988, mas que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens: meninas e adolescentes que apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não a deficiências. (BRASIL, 2004).

Quando é garantida pela Constituição Federal do ano de 1988, no art.205, que a educação é direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. E, é assegurado pelo artigo 208, inciso III, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, com o objetivo de promover e abranger todas as pessoas com diferentes necessidades educacionais e deficiências (BRASIL, 1988).

No entanto, ela é determinada apenas pela lei de Diretrizes e bases da educação Nacional (LDB), lei nº. 9.394/1996 é que há o reconhecimento da educação especial como política educacional, conforme destacam Silva et al. (2019) no art. 58 que “entende-se por educação especial, para os fins desta lei, a modalidade de educação escolar, preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, para alunos com necessidades especiais”.

Por isso, Sila, et al., (2019) aponta que começa a ser promovida a regulação educacional de pessoas com deficiência, permitindo que as escolas públicas fornecem as condições necessários para receber esses alunos, com condições que vão muito além do físico estrutura, mas com bolsas de instrução educacional especial.

O papel da escola atual na educação inclusiva, segundo Oliveira; Silva; Menezes (2016, p. 09) “são regidos pelos princípios, quando iniciou-se, no século XX a movimentação mundial pela inclusão educacional e o respeito a diferença,

registrada em documentos mundiais”. A exemplo da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994), e nacionais, como a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que estimulam a reflexão sobre os parâmetros educacionais ao longo da nossa história brasileira.

Segundo Silva, *et al.* (2019) as políticas públicas de Educação inclusiva no Brasil foi permeada por interesses das classes dominantes, contexto que sempre privilegiou as classes dominantes em detrimento da trabalhadora para o acesso a uma educação de qualidade. Por esse limiar e delimitado pelas mesmas questões governamentais, a educação especial no país é marcada por práticas assistencialistas e filantrópicas, nas quais grande parte da população ficou à mercê de mecanismos isolados e dependentes de instituições públicas, privadas e filantrópicas.

No entanto, Silva; Carvalho (2017) destacaram que no Brasil, a inclusão é garantida por leis e documentos oficiais, que defendem a criação e execução de políticas públicas para a formação de professores para a educação inclusiva, numa tentativa de diminuir os efeitos da exclusão e atender à nova ordem vigente, que é a de ensinar a todos, sem distinção.

#### **4. O PROFESSOR EM SALA DE AULA NO PROCESSO INCLUSIVO**

O papel do professor para formação acadêmica é fundamental, pois de acordo com Dias; Rosa; Andrade (2015) não trata unicamente de transmitir conhecimentos, mas da forma que o faz e de sua relação com o saber.

A forma de transmissão como a que estamos entendendo aqui não se refere somente a técnicas, por mais que essas sejam imprescindíveis, mas ao engajamento do professor, à sua cumplicidade com o aprendizado do aluno, isto é, refere-se a princípios políticos e éticos. (DIAS; ROSA; ANDRADE, 2015, p. 453).

Assim, para uma escola inclusiva, o aluno dentro de sala de aula, é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional. (BRASIL, 2004).

De acordo com Silva; Carvalho (2017) a educação inclusiva não envolve apenas governo, leis, escolas e alunos. As autoras, refere ser o professor o agente

principal, estando mais envolvido e sendo o responsável maior no processo inclusivo e educativo da criança. Ainda Silva; Carvalho (2017) aponta que a participação da família para efetivação do processo de inclusão escolar, ressaltaram a formação do profissional, pois é o fator principal para a efetivação da escola inclusiva, necessitando que o professor acredite na criança como um ser cognocente e que ele é a principal peça para que a criança se desenvolva, sendo necessário adotar estratégias durante o processo educacional.

Assim, Silva; Carvalho (2017) destacaram que é fundamental que o professor elabora estratégias diante do conhecimento do professor sobre seu aluno, sobre suas capacidades e necessidades, visto que a aprendizagem efetiva promove desenvolvimento, acontecendo por meio da mediação do professor, grupos, instrumentos utilizados e até mesmo de reflexões sobre os aprendizados anteriores.

Para atuar na educação inclusiva, os professores devem basear sua formação, inicial e continuada, em conhecimentos gerais para a docência e conhecimentos específicos da área. Assim, se faz necessário que o professor dentro de uma escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica (BRASIL, 2007).

Pereira (2018, p. 15) ressaltou que, “além de currículo, métodos e técnicas para atender aos alunos com necessidades especiais a lei também assegura a especialização de professores do nível médio e superior”. Assim como capacitação de professores do ensino regular para que possam integrar os alunos em salas de aula comum.

pobres, negros, indígenas, imigrantes, em conflito com a lei, dentre outros. Com a proposta de educação inclusiva, Dias; Cor-De-Rosa; Andrade (2015, p. 453) destacou a expansão da população a ser educada, pois, diferentemente da educação especializada, essa modalidade de ensino diz respeito a todos aqueles que dela são tradicionalmente excluídos”. Consequentemente, educação inclusiva também se refere as crianças e jovens.

## **5. O PAPEL DA ESCOLA ATUAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A partir do século XXI, os paradigmas educacionais são questionados e a educação tradicional tem todos os seus alicerces abalados com uma nova visão educacional, na perspectiva da inclusão. Oliveira; Silva; Menezes (2016) destacaram

que, o surgimento de leis mais consistentes e direcionamentos sobre os direitos e deveres dos professores e alunos sob essa nova ótica.

As Diretrizes Nacionais de Educação e as leis Básicas definem a educação especial como:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, p. 24)

Um dos princípios da lei de Diretrizes e princípios (LDB) de 1996 é a igualdade de condições para ingresso e retenção escolar. De acordo com a LDB, é dever do Estado prestar atendimento especializado e gratuito aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou habilidades, em todos os níveis etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Pereira (2018, p. 15), escreveu que de acordo com a lei de Diretrizes e Bases de 1996 no art. 4. III. ponto, o Estado deve garantir atendimento educacional especializado gratuito em todos os níveis “instruindo etapas e métodos preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996).

De acordo com a LDB artigo 58 parágrafos 1º, 2º e 3º:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 24).

Também, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - MEC/2008 tem por objetivo:

Acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;

Formação de professores para atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;  
Participação da família e da comunidade;  
Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e  
Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.  
(BRASIL, 2010 p. 20).

Pereira (2018) observou acima que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva direciona o sistema educacional para fornecer serviços adequados aos alunos com necessidades educacionais especiais. Afirma que a educação especial deve ser fornecida desde a educação infantil até o ensino superior.

Dessa forma, a lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência, n. 13.146 de 6 de julho de 2015 é um conjunto de instrumentos que visa garantir e promover o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência em igualdade de condições com as demais pessoas, para sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015).

O Programa Escola Acessível de acordo com Pereira (2018) é uma medida do Ministério da Educação para estabelecer um sistema inclusivo no ambiente escolar através da acessibilidade nas escolas. Dessa forma, o objetivo do Programa Escola Acessível é:

Promover a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações.  
(BRASIL, 2013 p. 7).

A escola inclusiva segundo Silva; Carvalho (2017, p. 02) “[...] é aquela que, aceita as diferenças, não apenas, uma inserção em sala de aula, mas que exige transformações no sistema de ensino, envolvendo o respeito às diferenças individuais”. Assim, é fundamental a cooperação entre os alunos, professores capacitados para incluir todos os alunos em todas as atividades escolares e, principalmente, trabalhar a questão do respeito e da dignidade.

Dessa forma, Silva; Carvalho (2017) destacaram a parceria entre escola inclusiva e família é fundamental no processo de inclusão, a fim de quebrar barreiras

na participação e inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Assim, Batista; Cardoso (2020) destacaram que, a inclusão é um desafio para a escola como um todo, sendo necessário o conhecimento do meio em que a criança está inserida para que as atividades propostas na escola fiquem próximas da realidade vivenciada pelo incluso, e assim ele se adapte com maior facilidade ao contexto educativo e participe ativamente do processo de aprendizagem.

Dessa forma, pensar em uma escola inclusiva, Silva; Carvalho (2017) escreveram que, “significa pensar em uma escola para cada um aluno na sua peculiaridade na diversidade, isto é, em uma escola em que cada aluno seja atendido de acordo com suas necessidades e dificuldades”. Com a utilização dos recursos e metodologias pedagógicas que proporcionem o aprendizado e desenvolvimento do aluno com deficiência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A política de Educação Inclusiva no Brasil visa promover a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas características, na rede regular de ensino. A escola deve adaptar o currículo, os materiais e as estratégias pedagógicas para atender às necessidades específicas dos estudantes. No entanto, há desafios a serem superados, como a falta de infraestrutura adequada, recursos e formação de professores. Embora existam leis e políticas de inclusão, ainda é necessário avançar para garantir uma inclusão efetiva em todas as escolas do país.

A inclusão escolar no ensino regular é respaldada por princípios legais, como a Constituição Federal de 1988, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a LDB 1996, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e a Lei nº 13.146, de 2015. Esses documentos garantem direitos iguais e capacitam professores para atenderem às necessidades dos alunos, promovendo sua inserção tanto na escola como na sociedade.

A escola atual, não tem como única função repassar ao aluno conteúdo, é dela também o papel de preparar, instrumentalizar e proporcionar a criança o desenvolvimento pleno das habilidades acadêmicas, físicas e sociais. Assim, o papel da escola atual no processo de inclusão de alunos com deficiência, e ao professor em

sala de aula, atuar no sentido de garantir a todas as crianças o acesso a uma educação de qualidade, tornando-as, aptas a serem cidadãos conscientes e socialmente aceitos.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. República Federativa do Brasil. Brasília, Centro Gráfico, 1988. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao). Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Educação inclusiva**: v. 3: a escola/coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 9394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996 Capítulo V da Educação Especial. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. p.73, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**. Brasília: MEC/Seesp, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: **UNESCO, 1994**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. [online]. 2016, v. 24, n. 91, pp. 359-379. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000200005>>. ISSN 1809-4465. Acesso em: 14 jun. 2023.

DIAS, Marian Ávila de Lima e; ROSA, Simone Conceição; ANDRADE, Patrícia Ferreira. Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação. **Psicologia USP** [online]. 2015, v. 26, n. 3, pp. 453-463. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-656420140017>>. ISSN 1678-5177. Acesso em: 12 jun. 2023.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia Saia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. Dez. 2015. **Psicologia: Ciência e Profissão**. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001312014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gtPdzXy4yHrX9Lz9txCtQ7c/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2023.

OLIVEIRA, Clarissa Lopes de; SILVA, Anete Charnet Gonçalves da; MENEZES, Márcia de Oliveira; **Análise do processo de inclusão de uma aluna com necessidades educativas especiais em um curso de bacharelado em ciências biológicas, na perspectiva epistemológica**. Paradigma. *versión impresa* - ISSN 1011-2251. Paradigma vol.37 no.2 Maracay dic. 2016. Disponível em: [http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1011-22512016000200016](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1011-22512016000200016). Acesso em: 14 jun. 2023.

OLIVEIRA, Francisco Malta de. *et al.* **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**: um breve histórico sobre sua realidade. Disponível em: <http://www.fepeg2018.unimontes.br/anais/download/d632ecf9-bb51-4b25-a351-613b3e36d64f>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PEREIRA, Mairis Sousa. A inclusão na legislação: Um olhar sobre a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. / Mairis Sousa Pereira. – Cuité: CES, 2018. 36 fl. **Monografia (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas)** – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/6668/3/MAIRIS%20SOUSA%20PEREIRA%20-TCC%20LICENCIATURA%20EM%20CI%C3%80NCIAS%20BIOL>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SILVA, Francisca Marly Moreira da. *et al.* Abordagem Histórica da Educação Especial no Brasil. **Id on-Line Rev. Mult. Psic.** V.13, N. 45. p. 262-275, 2019 - ISSN 1981-1179. Edição eletrônica em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>: Disponível em: [https://idonline.emnuvens.com.br/id/download\(PDF\)](https://idonline.emnuvens.com.br/id/download(PDF)). Acesso em: 14 jun. 2023.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. 2017, v. 23, n. 02, pp. 293-308. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000200010>>. ISSN 1980-5470. Acesso em: 12 jun. 2023.

**Capítulo 5**  
**ESCOLA MUNICIPAL FERNÃO DIAS PAES COM SALA DE**  
**RECURSO E ALUNOS COM AEE**  
*Priscila Carla Hauco Toro*





## ESCOLA MUNICIPAL FERNÃO DIAS PAES COM SALA DE RECURSO E ALUNOS COM AEE

**Priscila Carla Hauco Toro**

*Professora da Escola Município Fernão Dias Paes do Município de Lambari D' Oeste*

*- MT*

### **RESUMO**

O presente trabalho pretende levar ao conhecimento e discussão a questão da sala de recurso com alunos especiais e alunos com dificuldade de aprendizagem, e a real situação da AEE na Escola Municipal Fernão Dias Paes no Município de Lambari D' Oeste- MT. Temos por objetivo também, fornecer ajuda aos professores com aqueles alunos que tem dificuldade de aprender, auxiliá-los com apoio pedagógico para amenizar a tão almejada inclusão e minimizar estes aspectos recorrentes na vida escolar. Como forma de contorná-las é importante que toda a equipe trabalhe em conjunto para amenizar tal impasse. Neste sentido, o trabalho inicia-se apresentando uma abordagem sobre atendimento educacional especializado, objetivos, a quem se destina e sua importância para a escola. O aluno com dificuldade precisa de ações pedagógicas diferenciadas para que isso aconteça, cabe à escola organizar, tanto o espaço físico, quanto os materiais pedagógicos, respeitando sempre suas capacidades e habilidades motoras. O papel do professor deve ser o de observador e atuar usando sua experiência e criatividade para trabalhar com ele, afinal, é ele que tem um contato diário e próximo com o aluno.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Apoio Pedagógico, Sala de Recursos.

### **ABSTRACT**

The present work intends to bring to the knowledge and discussion the issue of the resource room with special students and students with learning difficulties, and the real situation of the AEE in the Municipal School Fernão Dias Paes in the Municipality of Lambari D'Oeste- MT. We also aim to provide help to teachers with those students who have difficulty learning, to help them with pedagogical support to ease the much-desired inclusion and minimize these recurring aspects in school life. As a way to get around them, it is important that the whole team works together to ease this impasse. In this sense, the work begins by presenting an approach on specialized educational assistance, objectives, who it is intended for and its importance for the school. The student with difficulty needs different pedagogical actions for this to happen, it is up to the school to organize both the physical space and the pedagogical materials, always respecting their abilities and motor skills. The teacher's role should be that of an observer and act using his experience and creativity to work with him, after all, he is the one who has daily and close contact with the student.

**Keywords:** Inclusive Education, Pedagogical Support, Resource Room.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem. Os desafios os desafios da educação especial está em desenvolver métodos que possam beneficiar as várias deficiências do aluno, seja ela física ou intelectual.

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela, buscando a melhor maneira de trabalhar com as deficiências de cada criança, para que seus alunos tenham acesso às melhores condições possíveis de aprendizagem.

No trabalho foi desenvolvido através de pesquisas, onde no primeiro assunto será abordado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), seus objetivos e a quem se destina.

O segundo contempla caracterização da escola, sua localização geográfica e o terceiro foi reservado para a caracterização do campo de pesquisa bem como relatar o resultado da pesquisa e caracterização dos alunos especiais atende e como são trabalhado o apoio pedagógico com alunos, com dificuldade de aprendizagem, na Escola Municipal Fernão Dias Paes do Município de Lambari D' Oeste-MT.

## 1 DESENVOLVIMENTO

### 1.1 Atendimento Educacional Especializado/AEE

A criança com deficiência exige do profissional da educação um olhar sensibilizado, compreensivo e adaptador acerca das atividades e convívio social. Cada deficiência possui suas particularidades e singularidades, mas isso não torna o aluno um ser inerte, ele pode aprender, ensinar, e desenvolver as suas habilidades. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das áreas da Educação Especial mais importantes. É por meio do AEE que é possível atender os alunos que possuem necessidades educacionais especiais. Seu objetivo é eliminar as barreiras

que possam impedir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

A sala de atendimento especializado funciona como mediador da relação de aprendizado em sala de aula regular e desenvolvimento das competências, sendo assim um recurso da educação especial na rede regular de ensino. É verdade que os professores, na realidade escolar brasileira de salas lotadas, muitas vezes, não tem condições ou oportunidades de ter esse olhar sensibilizado a respeito dos alunos deficientes. É nessa etapa que se encaixa o AEE, possibilitando essa atenção especial ao aluno, atendendo às suas necessidades.

Muitos professores questionam a Educação Inclusiva por não entenderem realmente o papel do atendimento Educacional Especializado. É nesse ambiente de recursos educacionais especializados a cada deficiência que o professor de AEE tem seu destaque e exerce sua função acerca da educação de crianças e jovens com deficiência. A atuação no AEE deve ser exercida pelo professor que deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada. Esse professor não tem como único papel o atendimento ao aluno. Suas atribuições estão ligadas a ações que promovam igualmente e disponibilidade de recursos de acessibilidade.

A inserção de crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais na escola é recheada de obstáculos. Entre eles, podemos destacar: a falta de recursos materiais, a péssima infraestrutura, a ineficácia da metodologia de ensino padrão e o número elevado de alunos por turma. Entretanto, o principal empecilho em que o professor esbarra está justamente nos limites da sua formação profissional.

Sem qualificação, o educador acaba não conseguindo amparar o aluno que exige atenção especial. Isso afeta sua autoestima como profissional, visto que ele se sente incapaz de auxiliar o aluno em sua jornada de aprendizagem.

O especialista do AEE faz a ponte entre o aluno e o professor da sala de aula comum, permitindo uma troca de experiência que contribua nesse processo educacional e em todo o contexto escolar, bem como a inserção na sociedade. Para que professor e aluno tenham uma relação de trabalho bem-sucedida, o educador, primeiramente, deve abandonar qualquer tipo de pré-conceito. Em segundo lugar, o docente deve manter em mente que o aluno com necessidades especiais possui habilidades que devem ser exploradas e desenvolvidas ao longo do percurso escolar.

## 1.2 OBJETIVOS DA AEE?

O atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas durante sua vida escolar.

De acordo com o decreto presidencial 7611 de 17 de novembro de 2011, são objetivos do atendimento educacional especializado:

I – Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II – Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III – Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV – Assegurar condições para a continuidade de estudos nos desníveis, etapas e modalidades de ensino.

Podemos definir os objetivos do Atendimento Educacional Especializado em 7 etapas:

1º- Identificar as necessidades de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades / superdotação.

2º- Elaborar plano de atuação de AEE propondo serviços de acessibilidade ao conhecimento.

3º- Produzir um material acessível para esse aluno

4º- Adquirir e identificar materiais de apoio como software, recursos e equipamentos tecnológicos, mobiliário, recursos ópticos, dicionários e outros

5º- Acompanhar o uso dos materiais na sala de aula do ensino regular.

6º- Orientar professores do ensino regular e famílias dos alunos a utilizar materiais e recursos;

7º- Promover a formação continuada para os professores do AEE e do ensino comum, bem como para a comunidade escolar geral.

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação.

### 1.3 A QUEM SE DESTINA O AEE?

A educação especial se destina a alunos com deficiência física, intelectual, visual, auditiva, múltiplas, transtornos do espectro autista (TEA) e também alunos com altas habilidades / superdotação são alunos com AEE.

- Deficiência Física são complicações que levam à limitação da mobilidade e da coordenação geral, podendo também afetar a fala, em diferentes graus.
- Deficiência Intelectual é a dificuldade de raciocínio e compreensão que leva a um quadro de inteligência e conjunto de habilidades gerais abaixo da média.
- Deficiência Auditiva é a perda parcial ou total da audição.
- Deficiência Visual é a perda parcial ou total da visão.
- Deficiências Múltiplas são uma associação entre diferentes deficiências, com possibilidades bastante amplas de combinações. Ex: deficiência intelectual e física.
- TEA – Transtorno do espectro autista é uma síndrome comportamental que afeta a capacidade de comunicação, socialização e de comportamento.
- Altas habilidades ou Superdotação é caracterizada pelo desenvolvimento de uma habilidade significativamente superior a da média da população em alguma das áreas do conhecimento.

Para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

## **2.2 Caracterizações do Campo de pesquisa da Escola Municipal Fernão Dias Paes, Município de Lambari D'Oeste-MT.**

A Escola Municipal Fernão Dias Paes, localizada no Distrito de São José do Pingador, na Rua Principal, s/nº, que foi inaugurada em 22/05/1990 criada pelo Decreto nº 1355/88, autorizada pelo parecer da resolução nº 144/2012 CEB/CEE-MT, seu órgão mantenedor é a Prefeitura Municipal de Lambari d'Oeste, com CNPJ é 02585084000106. No Ano letivo de 2019 atende alunos das modalidades: Educação Infantil (Pré I e Pré II) e Ensino fundamental de (1º Ano a 9º Ano) e também uma sala de recursos, totalizando 210 matriculado.

## **2.3 Caracterizações dos alunos especiais atendidos pela escola.**

O princípio básico da Educação é que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois estas se instituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias.

É seguindo esse princípio que a Escola Municipal Fernão Dias procura atender o aluno, visando proporcionar-lhe um espaço acolhedor, facilitador de sua aprendizagem e sem qualquer tipo de discriminação. Suas ações são voltadas para todos os alunos, trabalhando o respeito à diversidade.

A Escola Municipal Fernão Dias Paes atende desde 2018, sendo que a mesma possui Sala Multifuncional e apoio pedagógico para alunos com dificuldade de aprendizagem. A professora auxiliar os alunos com dificuldades de aprendizado, assim como os professores e sua família tem como ajudá-lo, proporcionando a estes grandes avanços em seu aprendizado.

Possui 4 (cinco) alunos inclusos, dentre eles, apresentam Síndrome de Prader Willi, atrofiamento muscular, TDAH, e o último apresenta transtorno de comportamento e transtorno de emocional, onde precisa de acompanhamento especial.

Os alunos são atendidos todos os dias, onde há também acontece inclusão deles em sala de aula com a professora regente, sendo uma hora pra dar apoio pedagógico pra alunos que vem da zona rural pra está determinada escola que tem

dificuldade de aprendizagem. Esse atendimento tem como objetivo desenvolver as habilidades cognitivas que envolvem a leitura e escrita, superação das dificuldades motoras e promover a evolução conceitual, a atenção e a socialização na escola e na sociedade. As atividades realizadas são diferenciadas daquelas desenvolvidas na sala regular, o professor elabora um plano de atendimento destinado ao aluno que será atendido, no qual são usados recursos de baixa e alta tecnologia para que assim possam diminuir as barreiras que dificultam a aprendizagem do aluno.

Os alunos atendidos nesta instituição são alunos que moram na Comunidade Rural onde localiza a instituição e os demais discentes vem de ônibus, por este motivo que são atendidos durante o horário de aula.

Escola Municipal Fernão Dias Paes em seu calendário escolar tem organizado, planejado e implementado várias ações e projetos que são: Reforço Escolar, Informática Educativa e Programas como a Mais Educação, cuja finalidade é oferecer uma educação integral aos alunos.

#### **2.4 Análise de dados realizado na Escola Fernão Dias Paes**

O diagnóstico realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Fernão dias Paes no município de Lambari D' Oeste-MT, que tem por objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la, estando interessada em descobrir, observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

Com a intenção de diversificar nosso trabalho e colher dados necessários para a pesquisa adotamos alguns procedimentos metodológicos. No primeiro momento, com a intenção de embasar nossas hipóteses realizamos a construção do referencial teórico.

O análise feito e escrita foi por mim professora regente da sala de recursos onde trabalho no período contraturno com os alunos que apresentavam algum tipo de dificuldade na aprendizagem escolar, podendo assim recuperar os alunos que estão abaixo das expectativas de aprendizagem esperada com alguns alunos 1º ao 5º ano, da referida escola e no período.

Não sou formada nesta área, sou Pedagoga e este ano fui pra sala de recursos, onde trabalhei a melhor forma possível pra poder sanar este medo e está

inexperiência. Mais minha ida pra esta sala fez mi fazer outra pôs nesta área, onde gostei muito.

E preciso colocar em pratica o que já esta legalmente garantindo para que a diversidade seja respeitado e valorizada, e assim proporcionar a todas os seres humanos o desenvolvimento integral e suas capacidades favorecendo e reconhecendo o direito as diferenças.

### **3.0 CONCLUSÃO**

A atendimento Educacional Especializado (AEE) e umas áreas da Educação especial mais importantes. E por meio do AEE que é possível atender que possuem necessidades educacionais especiais. O objetivo e eliminar as barreiras que possam impedir o processo de escolarização de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

O Atendimento Educacional Especializado da Escola Municipal Fernão Dias Paes, é de suma importância para os alunos do corpo escolar que nela são atendidos e os demais alunos que tem apoio pedagógico pra suprir suas dificuldades, tudo isto por que, o trabalho realizado pela professora leva os alunos a ter um estímulo maior no ato de aprender, principalmente visto que é nesse espaço da escola onde eles conseguem se identificar e compreender de forma notória seu direito de igualdade, desenvolvendo seus perfis pessoais e encontrar-se cuidado especial e acima de tudo incluído no espaço educativo, sem sofrer discriminações, preconceitos ou distinção.

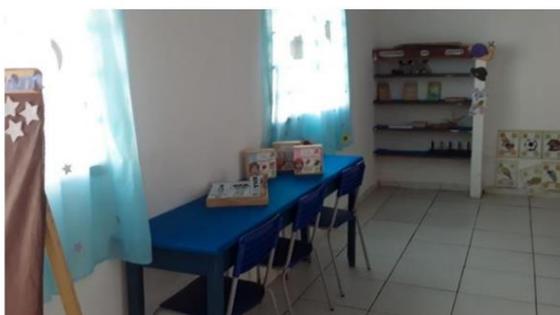
### **4. REFERÊNCIAS**

BRASIL, DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, 2011.

PPP- Projeto Politico Pedagógico da Escola Municipal Fernão Dias Paes- Município de Iambari D' Oeste-MT.

## ANEXOS

Escola Municipal de Ensino Fundamental “Fernão Dias Paes”.  
Fotos da Sala de Recursos sem os alunos.



**Capítulo 6**  
**O PAPEL DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO:**  
**TRANSFORMANDO O APRENDIZADO**  
*Claudemir Roque*





# O PAPEL DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: TRANSFORMANDO O APRENDIZADO

**Claudemir Roque**

*Graduação: Letras - UNIR - Universidade Federal de Rondônia, Campos Rolim de Moura- RO; Pós: Gestão Escolar - FACIMED - Faculdade Ciência Biomédica de Cacoal. Mestrando: UNELLEZ. E-mail: [roqueclau@hotmail.com](mailto:roqueclau@hotmail.com).*

## RESUMO

As tecnologias têm desempenhado um papel cada vez mais importante na educação, revolucionando como os alunos aprendem e os educadores ensinam. Este artigo explora o impacto das tecnologias na educação, destacando as vantagens e os desafios associados ao uso dessas ferramentas inovadoras. Além disso, são mantidas algumas das tecnologias mais promissoras no contexto educacional e como elas estão sendo aplicadas para aprimorar o processo de aprendizado. Ao adotar essas soluções tecnológicas de forma eficaz, a educação pode se tornar mais acessível, envolvente e personalizada, preparando os alunos para um futuro cada vez mais digital.

**Palavras-chave:** Tecnologias, tecnologias na educação, conhecimento.

## ABSTRACT

Technologies have played an increasingly important role in education, revolutionizing the way students learn and educators teach. This article explores the impact of technologies on education, highlighting the advantages and challenges associated with the use of these innovative tools. Additionally, it discusses some of the most promising technologies in the educational context and how they are being applied to enhance the learning process. By effectively adopting these technological solutions, education can become more accessible, engaging, and personalized, preparing students for an increasingly digital future.

**Keywords:** Technologies, technologies in education, knowledge.

## 1. INTRODUÇÃO

A era digital trouxe consigo uma comunhão de tecnologias que transformaram diversos setores, incluindo a educação. As ferramentas tecnológicas têm o potencial de melhorar o engajamento dos alunos, promover a colaboração e facilitar o acesso a recursos educacionais. Neste artigo, discutiremos como as tecnologias têm revolucionado a educação e as possibilidades que elas oferecem para o futuro do

aprendizado. A integração das tecnologias na educação tem sido um tema de crescente interesse e debate nos últimos anos. A rápida evolução tecnológica tem proporcionado inúmeras oportunidades para transformar a maneira como os alunos aprendem e os professores ensinam.

O maior desafio que os professores enfrentam na sociedade atual é compreender seu novo papel e interagir com as TIC e seu lugar no processo de ensino. Isso é destacado como um desafio, pois as realidades das escolas revelam um quadro em que os professores reconhecem o potencial educativo das tecnologias na prática educativa dos alunos.

Apesar de sua presença no cotidiano escolar, poucos professores compreendem seu potencial educativo, incluindo novas relações com o saber, trocas compartilhadas e trocas de informações com outros espaços de saber. Essa abertura à articulação com diferentes espaços potencializa a gestão escolar e leva a mudanças significativas nas escolas onde o ensino, a aprendizagem e a gestão participativa podem se desenvolver em um processo colaborativo. Hoje, as escolas não são mais as donas da disseminação do conhecimento; a aprendizagem ocorre em múltiplos espaços: no trabalho, nas telas dos computadores, nas bibliotecas etc.

A sociedade atual possui diversos espaços onde a aprendizagem acontece de forma natural e interativa. Essa constatação apresenta desafios para o ensino, pois as escolas enfrentam pressões externas por uma educação de maior qualidade, o que estimula o conhecimento multidimensional, interdisciplinar e diversificado. É contra esse pano de fundo que uma escola se vê em processo de potencialmente derrubar seus muros tradicionais, este estudo teórico-qualitativo busca responder à pergunta: Como os pesquisadores concebem as TIC e analisam sua formação diante das demandas educacionais impostas potenciais através da inovação tecnológica?

## **2. BREVE HISTÓRICOS DA INFORMÁTICA NO BRASIL**

Durante o ano de 1972, a Universidade de São Paulo (USP) foi a responsável pela produção do primeiro computador do Brasil. Um projeto posterior conhecido como "G-10" foi realizado em colaboração entre a USP e a PUC do Rio de Janeiro, e foi especificamente destinado à Marinha. Posteriormente, a Secretaria Especial de Informática (SEI) foi criada em 1979 para supervisionar todos e quaisquer assuntos relacionados à informática no país. O Cobra 530, primeiro computador totalmente

nacional do projeto à montagem final foi lançado em 1980. Inicialmente, o computador era vendido em lojas de departamentos e acompanhava roupas de cama, mesa e produtos de banho.

O ano de 1984 marcou uma conquista significativa para o setor de tecnologia da informação no Brasil com o estabelecimento da Política Nacional de Tecnologia da Informação. Essa política visava suprir a lacuna tecnológica do país em relação a outras nações e foi fundamental para impulsionar o crescimento do setor a uma taxa de cerca de 30% ao ano. Posteriormente, sob a liderança de Fernando Collor de Mello, o governo brasileiro mudou seu foco para o avanço tecnológico do setor.

Apesar de um tanto tardio, o Brasil começou a abraçar as capacidades transformacionais da tecnologia a partir da "abertura das fronteiras". Na contemporaneidade, o Brasil alcançou um posição comparável ao dos países do "primeiro mundo" no que se refere à ampla inovação e incorporação da tecnologia da informação.

## **2.1. A evolução das mídias no século XXI**

A evolução da mídia esteve intimamente ligada ao crescimento da sociedade e da economia ao longo da história. Seja por meio do impacto de livros, jornais ou revistas, cada meio desempenhou um papel significativo na transformação da civilização e na formação do discurso público, influenciando, em última análise, as normas culturais. Notavelmente, uma das contribuições mais proeminentes da mídia para a sociedade humana foi seu envolvimento direto em convulsões políticas e sociais, como a Revolução Francesa.

Para compreender completamente o comportamento humano, é essencial compreender a evolução da mídia. Na sociedade moderna, com abundância de informação e interação, dois fenômenos surgiram para alterar o cenário da interação online: as redes sociais e as compras em grupo. Hoje em dia, os telefones celulares são onipresentes e oferecem acesso à internet, centralizando a maioria dos serviços digitais. Com um único clique, as pessoas podem fazer compras, pagar contas, pedir comida, conversar com amigos, registrar reclamações, solicitar informações, assistir TV, ouvir rádio, buscar entretenimento, acessar o mundo das notícias, entre outras coisas.

### 3. EDUCAÇÃO: TECNOLOGIA NAS ESCOLAS

Na era contemporânea da experiência educacional, praticamente todos os departamentos de uma instituição educacional dependem fortemente da tecnologia para processamento de informações. Tajra afirma que a utilização da tecnologia da informação na educação é de extrema importância, tanto em termos de pedagogia quanto de impacto social. Não é mais suficiente que as escolas se concentrem apenas em preparar os alunos para a linguagem, o raciocínio lógico e as habilidades matemáticas. Em vez disso, os educadores devem agora dividir o conhecimento em vários componentes, tornando-os os principais guardiões de conhecimentos e memórias valiosas. Com novos entendimentos de inteligência que permitem o cultivo de diversos conjuntos de habilidades, os computadores chegam em uma ocasião, auxiliando inclusive no desenvolvimento de tais habilidades (TAJRA 1998).

O surgimento dos computadores nas instituições de ensino forneceu aos professores e alunos ferramentas poderosas para o seu trabalho. O uso generalizado da internet permitiu que as instituições educacionais revolucionassem o sistema educacional e estimulassem o crescimento das habilidades cognitivas e aptidões dos alunos. Tudo isso graças aos avanços da tecnologia da informação.

Segundo TAJRA (1998), a utilização adequada da tecnologia da informação pode revelar-se um recurso valioso na educação, com uma infinidade de benefícios para o processo instrucional e o desenvolvimento de diversas habilidades. Ao garantir o uso adequado da tecnologia, TAJRA (1998) afirma que ela pode servir como uma ferramenta vantajosa para os educadores. Além disso, a importância dos professores na implementação da tecnologia digital está fora de dúvida (TAJRA 1998).

Bovo (2002) afirma que não era atual, a informação e os processos que a acompanham tornaram-se dominantes e muitas vezes ocorrem em ritmo acelerado, tornando-os difíceis de discernir. Como resultado, a memorização de informações não é mais suficiente. Em vez disso, é crucial instruir os alunos sobre como estudar e aplicar efetivamente as informações. Os computadores têm o potencial de facilitar essas mudanças, fornecendo aos alunos os recursos necessários para exercitar suas habilidades de pesquisa, selecionar informações valiosas, desenvolver habilidades de resolução de problemas e promover o aprendizado independente (BOVO 2002).

A integração dos computadores escolares com a Internet revolucionou o processo de ensino, fornecendo um valioso suporte aos professores e permitindo que os alunos adquiram e distribuam conhecimento rapidamente. Essas poderosas ferramentas tecnológicas tornaram-se aliadas inabaláveis no processo de aprendizagem. Conseqüentemente, a "informática" tornou-se um aspecto onipresente da vida diária da maioria dos professores e alunos, permeando todas as áreas de suas vidas, incluindo trabalho, obrigações familiares e atividades de lazer.

### **3.1. Tecnologias de comunicação e informação na sociedade e na educação escolar**

Quando utilizada de forma eficaz, a tecnologia tem a capacidade de ampliar os horizontes de professores e alunos, permitindo um leque maior de possibilidades no processo de aprendizagem. De fato, a tecnologia demonstrou ter um impacto positivo na experiência educacional. Segundo Libâneo, o objetivo final de qualquer escola é facilitar a aprendizagem do aluno, e a organização da escola deve funcionar para melhorar a qualidade dessa aprendizagem. A integração das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos sistemas educativos exige uma compreensão profunda da melhor forma de aplicar todo o seu potencial, nomeadamente nas várias componentes e processos pedagógicos da educação.

Moran afirma que o uso de novas mídias no ensino tem potencial para ser um desenvolvimento revolucionário, mas apenas se for acompanhado por uma mudança de paradigma no modelo de ensino tradicional que cria uma separação artificial entre professores e alunos. Sem essa mudança, a implementação das TIC pode parecer uma modernização, mas não abordará as questões fundamentais no cerne da educação. (MORAN 2000).

## **4. CONCEPÇÕES, TEORIAS, TENDÊNCIAS E METODOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO**

Os métodos de ensino utilizados no Brasil são fortemente impactados pelo clima social, cultural e político, pois muitas vezes são revisitados por movimentos filosóficos e sociais. Esses fatores moldam como o ensino é praticado em todo o país. Os professores Saviani e Libâneo ofereceram suas percepções sobre as

tendências atuais do ensino, revelando que a educação brasileira é influenciada principalmente por duas abordagens pedagógicas principais: tendências liberais e tendências progressistas.

Para apoiar efetivamente suas práticas de ensino, os educadores devem realizar pesquisas e se adaptar às últimas tendências. É importante não confiar apenas em uma tendência durante todo o processo de ensino. Ao contrário, cada tendência deve ser analisada para determinar qual é a mais benéfica para o desempenho acadêmico e proporciona maior eficiência e qualidade de ação. Diante de uma nova situação, é importante usar a tendência mais adequada. Vale a pena notar que, na prática docente atual, essas tendências muitas vezes se misturam. Por isso, é importante entender as características de cada tendência de ensino. É importante ter em mente que uma nova tendência não substitui completamente a anterior, mas coexiste e ainda convive com a prática escolar tradicional.

Segundo as descobertas de Kenski em 2006, as tecnologias de informação e comunicação que definem a mídia moderna não são apenas ferramentas de suporte. Em vez disso, eles têm um impacto substancial em nossos processos cognitivos, estados emocionais, ações, interações sociais e na forma como adquirimos conhecimento. A influência dessas tecnologias deu origem a uma nova cultura e paradigma social. Nos últimos tempos, os rápidos avanços da tecnologia começaram a ter uma influência direta no comportamento e na cultura humana. Esse impacto também é evidente em ambientes educacionais, onde a comunidade escolar está cada vez mais envolvida com essas tecnologias, que estão presentes em quase todos os aspectos da vida cotidiana.

Segundo Silva (2014), o advento de novas tecnologias muitas vezes provoca uma mudança de comportamento e cria novos modos de comunicação que promovem a interação. Conseqüentemente, as escolas devem se adaptar a esse cenário social em mudança, inundado abundantemente informação e conhecimento.

Segundo Silva (2014), recursos que expandam as capacidades de armazenamento e resgate ainda são necessários como ferramentas para ampliar a compreensão das pessoas sobre a integração de recursos de TIC. Isso vai além do escopo da inclusão digital nas escolas, permitindo que os indivíduos explorem e disseminem informações. Diante disso, as escolas têm o desafio de observar, reconhecer, adaptar-se e facilitar o surgimento de uma nova cultura de aprendizagem.

#### 4.1. O papel do docente frente às TIC

A prática docente está frequentemente ligada à formação de educadores e à busca pela certificação profissional. Isso é feito para garantir que eles sejam capazes de desempenhar suas responsabilidades com competência e realização, beneficiando, em última análise, o processo de ensino e aprendizagem. A capacitação de professores na implementação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em sala de aula é fundamental para prepará-los para o uso de aparatos tecnológicos como auxiliares pedagógicos.

Diante da evolução do cenário educacional e do surgimento de novas práticas e atitudes pedagógicas decorrentes do uso da tecnologia, cabe aos educadores atualizar suas habilidades e buscar oportunidades de desenvolvimento profissional. O treinamento eficaz é essencial para que os professores desempenhem suas funções com competência e, embora a incorporação das TIC na educação ainda seja relativamente nova, é imperativo que os educadores recebam o treinamento necessário para utilizar efetivamente essas ferramentas tecnológicas.

### 5. FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE PARA A UTILIZAÇÃO MUDIÁTICA

A revolucionária acessibilidade da informação a uma grande maioria das pessoas, graças à progressão e evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), trouxe uma transformação nos domínios do conhecimento, comunicação, criatividade e produção, levando a uma profunda reavaliação das características da formação em várias profissões. A adoção generalizada das tecnologias de informação e comunicação em todos os setores da sociedade fez com que as instituições de ensino superior se ajustassem a essa mudança tecnológica, reconhecendo seu papel fundamental e indispensável no crescimento de diferentes profissões e na exploração do conhecimento, conforme exposto por COSTA em 2005.

Os alunos muitas vezes veem as instituições educacionais e a mídia como fontes confiáveis de conhecimento, pois não apenas transmitem informações, mas também fornecem instruções. A TEDESCO 2004 afirma que os métodos convencionais de ensino geralmente se baseiam em uma abordagem expositiva, na qual os educadores apresentam as informações e espera-se que os alunos as

guardem na memória para regurgitação posterior nos exames. Além disso, argumenta-se que a dependência apenas da tecnologia como meio de ensino já teria levado à descoberta de uma solução ótima.

De acordo com Moran (2007), embora possam ter significado, essas soluções não abordam a questão fundamental em questão. Orofino (2005) sugere que ampliemos nossa percepção sobre o que constitui um professor inovador para além daqueles que apenas integram a tecnologia em sua pedagogia. Embora a inclusão e utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em ambientes educacionais possam auxiliar os alunos em seu aprendizado, não podem ser consideradas um elemento central no processo de aprendizado. Os autores postulam que os educadores inovadores e com visão de futuro se desviam dos métodos convencionais de ensino, incentivando seus alunos a abordar o conteúdo da mídia com um olhar crítico. Isso envolve um exame e análise do discurso da mídia e, com base em suas descobertas, os alunos podem decidir se devem ou não incorporar a tecnologia em suas experiências de sala de aula.

À medida que nos aprofundamos nas ideias apresentadas pelo autor, observamos a seguinte progressão: preparação do professor, integração das TIC no ensino e esforços colaborativos entre educadores e alunos.

## **6. O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO**

Andrade (2011) propõe que o objetivo da pesquisa seja explorar o impacto das novas tecnologias de comunicação e informação no processo de ensino e o potencial de mudança significativa que elas representam. Além disso, o autor faz uma avaliação de oportunidades, enfatizando a necessidade de o governo brasileiro aprimorar suas iniciativas tecnológicas no campo da educação. Para atingir esses objetivos, Andrade (2011) realizou uma análise abrangente da literatura que desafiou noções de vários autores sobre a integração da tecnologia na educação. O estudo investigou como essas novas tecnologias poderiam ser utilizadas em salas de aula para apresentar novos pontos de vista. A pesquisa descobriu que os alunos já estão acostumados a estar online fora da escola, o que significa que eles podem aprender sobre essas tecnologias sem estar em um ambiente escolar. Isso implica que a tecnologia deve ser direcionada para ambientes educacionais.

No segundo objetivo de Andrade (2011), destaca-se a importância da formação continuada para professores devido à natureza sempre mutável das novas tecnologias. Como a tecnologia evolui rapidamente e a internet oferece uma infinidade de informações e conhecimentos que exigem atualizações frequentes, é fundamental que os professores estejam constantemente preparados para lidar com essas mudanças. Assim, é crucial que os educadores recebam treinamento para lidar efetivamente com esses avanços tecnológicos.

Em sua obra, Andrade (2011) chama a atenção para o papel do governo brasileiro na integração da tecnologia à educação. O governo implementou políticas como o programa "Um computador por aluno - PROUCA" para incentivar o uso de novas tecnologias em sala de aula. Andrade destaca os muitos benefícios de incorporar essas tecnologias, incluindo maior envolvimento do aluno, entrega de conteúdo simplificada e maior independência do aluno. No entanto, é imperativo observar que a implementação efetiva dessas tecnologias é crucial. Os professores que não conseguem adaptar e utilizar essas ferramentas adequadamente podem encontrar dificuldades, o que pode impactar negativamente os resultados de aprendizagem dos alunos e prejudicar o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico.

Após exame minucioso da monografia de Andrade (2011), pode-se concluir que ela produziu achados altamente relevantes. O autor sugere que os educadores capazes de utilizar as novas tecnologias como meio de facilitar o ensino, ao mesmo tempo em que exploram o uso adequado da informação, têm o potencial de auxiliar significativamente no desenvolvimento da aprendizagem autodirigida e na construção de habilidades. No entanto, Andrade enfatiza que o desenvolvimento profissional dos professores continua sendo uma questão premente, pois eles devem estar preparados para navegar no cenário em constante evolução da tecnologia. Esse novo mundo é caracterizado por um fluxo constante de informações, tecnologias e avanços, que devem ser integrados ao processo de ensino para ampliar as possibilidades de criar uma educação de qualidade que atenda às demandas do mercado de trabalho.

## 7. DEMOCRATIZAÇÃO AOS ACESSOS TECNOLÓGICOS

A discussão em torno do potencial da tecnologia para tornar o ensino mais democrático e acessível é crucial, conforme observado por Lévy (1999). Ele postula que o futuro da educação exigirá que os professores façam mais do que apenas fornecer informações, mas também facilitem as comunidades acadêmicas e reconstruam o conhecimento, mesclando seus próprios conhecimentos com ideias inovadoras. Em 1980, Freire navegou sem problemas por vários domínios formativos e proclamou que "educação é comunicação" quando se trata de instruir os outros. Ele acreditava que a educação não é simplesmente a transmissão de conhecimento, mas sim uma busca por significado. A componente interativa é determinante na conformação dos processos criativos da comunicação humana, dentro e fora dos estabelecimentos de ensino. Esse aspecto interativo faz parte das práticas sociais que permitem o exame de restrições, preconceitos e contradições.

Em seu trabalho de 1999, Lévy observa que qualquer previsão sobre o futuro dos sistemas de educação e treinamento cultural online requer um exame de prioridade das transformações contemporâneas das relações de conhecimento. Assim, não podemos desconsiderar o papel da tecnologia na educação. Ao contrário, devemos questionar e construir práticas pedagógicas desafiadoras e úteis, que reflitam os valores e expressões de nosso tempo. Essas práticas são necessárias para promover a evolução social, o pluralismo humano e a possibilidade de ações alternativas que possam ajudar a transformar o mundo. Freire, por sua vez, criticou a noção de que a tecnologia tem uma espécie de poder mágico sobre a existência humana, pois depende de agentes criativos para funcionar e criar novas máquinas, que podem resultar em sucesso ou infortúnio.

É crucial que nos protejamos contra uma mentalidade que vem se apropriando do fascínio das máquinas. Essa perspectiva é "ingênua" no sentido de que falha em reconhecer as máquinas como meros constituintes de nossa sociedade tecnológica. A manutenção das máquinas e a maximização da sua quantidade requerem a presença de técnicos especializados e preparados para a execução da tarefa.

Ressalta-se a necessidade de formação de professores para o uso da tecnologia de forma criativa e transformadora, considerando não apenas habilidades técnicas, mas também habilidades cognitivas, expressivas e de pensamento crítico que promovam o desenvolvimento do pensamento desperto. Nessas reflexões, é

importante destacar outra característica da educação, sendo inclinação para eliminar o pensamento binário e dirimir dúvidas por meio da criação de contradições. Em vez de ser passivo, sou um ser ativo no mundo, entrelaçado com os outros e com o meio. Eu me envolvo em várias atividades, possuo conhecimento e reconheço a ignorância. Eu me comunico, sinto medo, corro riscos, sonho, amo, fico com raiva e encontro fascínio. É crucial não aceitar a existência de condições puramente objetivas e não sucumbir ao poder avassalador dos avanços tecnológicos, pois eles são produzidos pelo homem e não são inerentemente negativos. Recuso-me a ver a tecnologia como uma ferramenta do diabo que busca destruir a obra de Deus.

Em seu livro, Paulo Freire não apenas reconhece a sabedoria do uso de várias técnicas, mas também destaca o potencial de produção de conhecimento e humanização em disciplinas muitas vezes excluídas da sociedade. Ele categorizou diferentes meios de comunicação social, como computadores, rádio e televisão, como ferramentas para reconhecer e imaginar o mundo. A avaliação de Freire sobre a eficácia dos computadores em sua própria vida revela seu reconhecimento da possibilidade de um uso mais criativo e eficiente do tempo humano. Refletindo sobre seu trabalho anterior, ele observa que mesmo um computador básico teria economizado tempo e energia, aumentado a eficiência e beneficiado sua vida pessoal.

A marca da era atual é a rapidez com que as informações são compartilhadas por meio de tecnologias digitais. É imperativo que se reconheça a capacidade criativa dessas tecnologias na promoção das lutas sociais e não as desconsidere no âmbito da mobilização democrática. É importante notar que não se trata de impedir a pesquisa ou interromper o progresso, mas sim de canalizar esses avanços para a melhoria da humanidade. A maneira como aplicamos os avanços tecnológicos à custa de vidas humanas é mais um exemplo em que desconsideramos descaradamente a ética humana universal. Isso é feito em favor de um conjunto muito menor de éticas as do mercado e do lucro. O papel da tecnologia é inspirar criatividade, reflexão e ação tangível para melhorar as experiências de vida das pessoas.

Seu propósito está enraizado na ideia de que não pode justificar sua própria existência, a menos que esteja sendo utilizado para fins de exploração e transformação por meio da inovação. No processo de ensino, os educadores devem atuar como catalisadores da mudança social, empregando a criatividade e a

curiosidade epistemológica. Devem promover de forma prática o diálogo sobre as questões educativas e culturais. O uso da tecnologia digital é um método possível para estimular a reflexão e a ação cívica, além de estimular a criatividade e o intercâmbio mútuo. Através desta abordagem, todos têm a chance de ganhar experiência em pensar e participar ativamente na sociedade. Em última análise, isso permite uma compreensão mais interpretativa do mundo.

A utilização da tecnologia de maneira crítica e reconstrutiva tem o potencial de facilitar a criatividade, o trabalho colaborativo e o diálogo significativo, ao mesmo tempo em que gera mudanças sociais valiosas. Pode disseminar princípios libertadores ou simplesmente reproduzir estruturas sociais existentes por meio de imersão tecnológica descomplicada. Quando se trata de tecnologia educacional, as discussões geralmente destacam os potenciais benefícios e desafios que ela representa para atender às necessidades dos educadores em seu dia a dia. Apesar disso, ainda existem lacunas no reconhecimento das oportunidades criativas que a tecnologia digital apresenta.

Paulo Freire, que já foi Ministro da Educação da cidade de São Paulo, defendeu que o acesso ao computador seja disponibilizado a todos os alunos da rede pública. Ele acreditava firmemente no vasto potencial da tecnologia para despertar a curiosidade e oferecer novos desafios, principalmente para alunos de origens desfavorecidas. Como Ministro da Educação, ele via como seu dever fornecer computadores às escolas municipais para atingir esse objetivo. A questão da identidade, diversidade e diferenças culturais é predominante no cenário político educacional do Brasil.

Segundo (FREIRE 1996), "eles vivem", enfatizando a importância de reconhecer e reconhecer a existência dessas diferenças. É imperativo priorizar os interesses de igualdade e justiça para os marginalizados, o que, por sua vez, levará a transformações sociais e políticas substanciais.

## **8. CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO E DE INTERDISCIPLINARIDADE**

A origem da palavra "currículo" vem do latim, e refere-se ao caminho que uma pessoa ou grupo de indivíduos percorre na vida. A etimologia do termo significa um processo, um movimento ou uma rota. O currículo funciona como uma esfera de informação, um domínio de competição social e interpessoal e um local de

cooperação, coordenação e participação. O processo educacional de uma instituição depende fortemente do currículo. Compreender a sua importância é crucial para o sucesso da experiência de aprendizagem. Um currículo interdisciplinar é um método possível que pode promover a coesão e a interconexão entre diferentes disciplinas. Isso facilita a assimilação do conhecimento coletivo por cada aluno, permitindo-lhes construir seu próprio conhecimento e compreensão.

Os cursos interdisciplinares são mais do que uma simples fusão de várias disciplinas. Para alcançar a verdadeira interdisciplinaridade, a cooperação e a parceria entre as diferentes disciplinas são imperativas. O objetivo final é alcançar uma compreensão unificada da realidade. A disposição dos conceitos interdisciplinares busca restabelecer a comunicação entre os diversos campos do conhecimento científico. O conceito de interdisciplinaridade pode ser definido como a troca mútua que ocorre entre diferentes campos de estudo ou ciências.

Os professores têm uma responsabilidade crucial em equilibrar teoria e prática de maneira interdisciplinar, ao mesmo tempo em que aderem aos objetivos básicos de seu campo. À medida que continuamos a explorar novas abordagens interdisciplinares, alcançaremos uma perspectiva interdisciplinar mais ativa e avançada.

## **CONCLUSÃO**

A integração das tecnologias na educação tem o potencial de transformar a maneira como aprendemos e ensinamos. As inovações tecnológicas oferecem oportunidades sem precedentes para melhorar a acessibilidade, personalização, colaboração e engajamento dos alunos. No entanto, é importante ressaltar que as tecnologias são ferramentas e devem ser utilizadas de forma consciente e equilibrada, complementando, mas não substituindo, o papel do professor. Ao adotar essas tecnologias de maneira adequada, podemos criar um ambiente educacional mais dinâmico, inclusivo e eficaz, preparando nossos alunos para o mundo digital em constante evolução.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. P. Rocha de. **Monografia: O uso das tecnologias na Educação: Computador e Internet. Consórcio Setentrional de Educação a Distância**, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás – GO, 2011.

BRASIL, LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

JOHNSON, L., Adams Becker, S., Estrada, V., e Freeman, A. **NMC Horizon Report: Edição de Ensino Superior de 2015**. O Consórcio de Nova Mídia. 2015.

KUKULSKA-HULME, A., e Traxler, J. **Projetando para aprendizagem móvel e sem fio**. Routledge. PRENSKY, M. (2001). Nativos digitais, imigrantes digitais. No horizonte, 9 (5), 1 - 6. 2007.

BOVO, Vanilda Galvão. Monografia: **O uso do computador na Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba. A Revista Partes, ISSN 1678-8419, SP. 2002.

TAJRA, S.F. **Informática na Educação: professor na atualidade**. São Paulo: Érica, 1998.

MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. In: Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. cap 1. Disponível em: Acesso em 24 de março de 2023.

SILVA, Renildo Franco da. **Novas tecnologias e educação: a evolução do processo de ensino e aprendizagem na sociedade contemporânea**. Revista Educação e Linguagem, ano 1. no 1, jun. p. 23-35. 2014

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1984.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 4. ed. São Paulo: Papirus. 2006.

COSTA, C. **Educação, imagem e mídias**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza?** São Paulo: Cortez, 2004.

OROFINO, M. I. **Mídias e mediação escolar**. Pedagogia dos meios, participação e visibilidade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAN, J. M. **Ensino e aprendizagem com tecnologias audiovisuais e telemáticas**. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (Ed.). Novas tecnologias e mediações pedagógicas. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

## AUTORES



**Andréia Mendes dos Santos**

Pós Doutora em Educação, Doutora em Serviço Social (PUCRS). Professora Adjunta na Escola de Humanidades e no PPGEdu (PUCRS). E-mail: andreia.mendes@pucrs.br

**Anita Rosália Royer de Paula**

Professora graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Pós Graduada em Psicologia da Aprendizagem pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA, Educação Infantil com ênfase na alfabetização pela Faculdade de Rolim de Moura – RO FAROL, E Gestão em Bibliotecas Escolares e Salas de Leituras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Martin Lutero; atualmente atuando em sala multisseriada na Educação de Jovens e Adultos – EJA. E-mail: anitaropaula@hotmail.com

**Claudemir Roque**

Professor de Língua Portuguesa, com Licenciatura Plena em Letras; Especialista em Gestão Escolar e Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Martin Lutero. E-mail: roqueclau@hotmail.com

**Eduarda Gheller Máximo da Silva**

Licenciada em Pedagogia (UNIASSELVI/RS). E-mail: duda.arteducadora@gmail.com

**Glaé Corrêa Machado**

Pós Doutora em Educação (PUCRS). Professora na Pós-Graduação Lato Sensu PUCRS/UNILASALLE/EDUCINTER e no Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI/RS). E-mail: glaemachado@hotmail.com

**Priscila Carla Hauco Toro**

Graduação em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR e Artes Visuais pela Faculdade de Educação Paulistana – FAEP e Pós-graduada em Educação Infantil e Anos Iniciais e AEE e Sala de Recursos Multifuncionais pela faculdade Faveni e Futura. Mestrado pelo Programa de Pesquisadores da IPE em

parceria com a Amazônia University, Educação Cultura e Sustentabilidade-Estado da Flórida-EUA.



ISBN 978-659985101-8



9 786599 851018